

A 11 de Janeiro

Eleições Intercalares

● Apresentada uma única lista

Votar, para além de um imperativo, é um dever estatutário. Mesas de voto na Sede em Lisboa, Delegações e Núcleos esperam a participação dos associados. Candidatos e programa da única lista entregue à MAGN divulgados nesta edição. **página 5**



PORTE PAGO

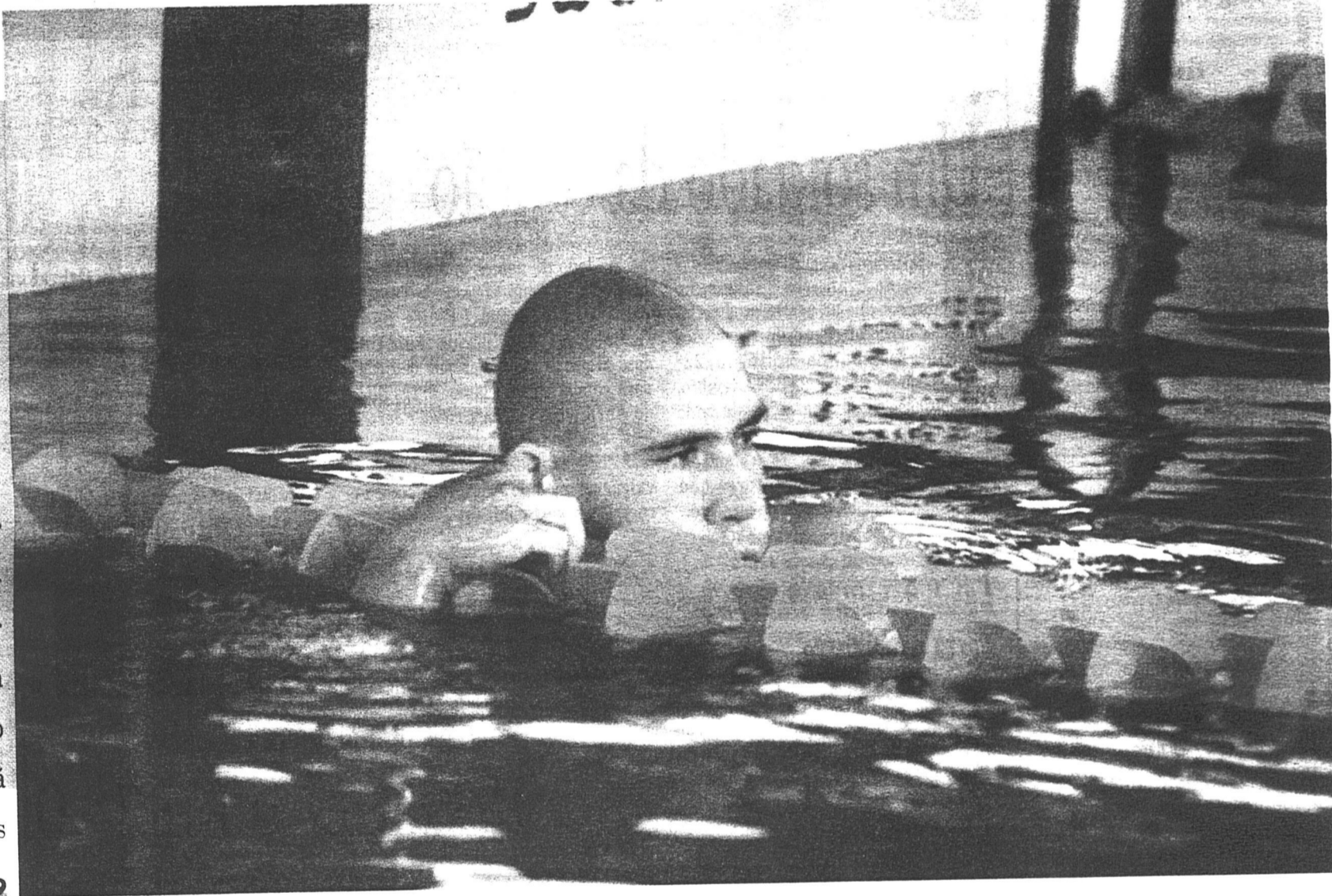
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIII Mensário, Dezembro 1996 N.º 259 Preço 130\$00

Atletas de corpo inteiro

● 14 medalhas para 35 paralímpicos

À semelhança do verificado em participações anteriores, os paralímpicos portugueses trouxeram de Atlanta a prova de que não existem limites para um atleta deficiente. Durante 11 dias, homens e mulheres, trocaram as dificuldades do quotidiano pelo desejo de serem cada vez melhores, um período onde a preocupação de superar escadas ou apanhar um transporte público é substituída por uma luta determinada contra cronómetros e adversários. No entanto, como em tudo, há sempre um mas, o ELO quis conhecê-lo. **páginas 8/9**



ANTONIO ALMEIDA/PROJECTIMAGE/APCC.NASUL

Um "recado" para o Governo

Existem em Portugal, revela a Organização Mundial de Saúde, perto de um milhão de deficientes. Pela 2ª vez em dois anos, 38 associações juntaram-se na Assembleia da República para voltar a falar das dificuldades que enfrentam. Um autêntico parlamento com deputados a fingir que conseguiu aprovar vários projectos-lei. A ADFA não faltou à chamada dando o seu contributo. **página 13**



FARINHO LOPES

ADFA representa FMAC na Cimeira de Lisboa

página 4

ELO completa 22 anos, ao serviço dos associados

página 7

Ministério da Defesa responde a propostas da associação

página 10

FARINHO LOPES

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção:

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA

1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502 7570583 /

7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

José Diniz

CONSELHO DE REDACÇÃO

Armando Roque, Carmo Vicente,

Jaime Ferreri, José Maia, Patuleia

Mendes, Sá Flores, Victor Sengo.

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),

Nuno Crespo,

Farinho Lopes (fotografia)

COLABORADORES

PERMANENTES

Abel Fortuna, Anabela Vieira,

António Carreiro, João Gonçalves.

CONCEPÇÃO GRÁFICA

MAQUETAGEM

Miguel Peixe Dias

PAGINAÇÃO

Armando Roque

COMPOSIÇÃO

António Lemos

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura Cabral,

26 Algs. Tel. 4198065

Gravação do "ELO" sonoro:

Centro de Produção de Material da

Segurança Social de Lisboa e

Valedo Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente

aos associados em situação legal.

Assinaturas:

Anual: 1 300\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do "ELO", sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

12 500 exemplares



Fanhais: a força da palavra e... e da música

Francisco Fanhais no aniversário do ELO

Um soldado da canção

"UMA GUITARRA deficiente" foi a expressão de Francisco Fanhais, no momento em que se partiu uma corda da viola, no decorrer a primeira música que interpretou na noite do 22º aniversário do ELO, a 23 de Novembro. Na actuação, o ambiente da sala onde foi servido o jantar transformou-se numa espécie de concerto para amigos oferecido por um dos cantores que integrou a chamada canção de protesto.

Ao lado de nomes que vão de José Afonso a Adriano Correia de Oliveira, passando por Manuel Freire, Sérgio Godinho, Fausto, Vitorino, Luís Cília, José Mário Branco, Fanhais deu a voz para combater o regime, antes do 25 de Abril, com canções como "Jerusalém" ou "Rouxinol", entre muitas outras que contribuíram também para divulgar poemas de António Aleixo, Fernando Melro, Sophia de Melo Breyner,

Manuel Alegre, António Cabral ou Rebordão Navarro.

Mesmo não tendo combatido na Guerra, (como disse antes da actuação na noite do aniversário do ELO, "nem para capelão me quiseram"), percebeu-se o reconhecimento de quem ouvia aquele que através da música, lembrava, durante a luta colonial, os que não estavam cá. Porque tinham sido obrigados a partir. ●

Informações

Carta do ministro



Foi enviada para todas as associações de deficientes, no final do mês de

Novembro, uma carta do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, a solicitar a apresentação, no prazo de um mês, de uma proposta de plano de acção que integre os contributos e iniciativas das organizações representativas de deficientes. Através das respostas das associações, o Governo pretende definir e implementar um programa relativo à inserção de pessoas com deficiência.

Novos associados

Desde Novembro que a ADFA conta com 13 novos associados. De acordo com estipulado no nº4 do artº8 dos estatutos da associação aqui ficam os seus nomes: Acácio Jorge Car-

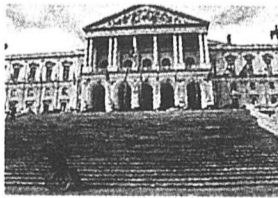
valho Mouta, Raul Martins Fortunato, António Emilio Carneiro Santa-Rita, Diamantino Pais dos Santos, Patrício Leitão Farto, José Manuel Neves Ferreira, José Maria Peixinho Cegonho, Paulo Oliveira Paiva, Mário Quintanilha de Sampaio Nunes, Mussa Só, José Salvador Fale de Brito e José António Gonçalves de Carvalho.

ADFA saúde

No sentido de criar as melhores condições de assistência aos associados, a ADFA está a desenvolver esforços na área das unidades de saúde, de modo a minimizar as carências que as estruturas militares têm vindo a demonstrar. Está já em fase de conclusão o alargamento dos protocolos existentes com as ADM's, para: Medicina Física e Reabilitação; Estomatologia; Enfermagem e Transportes - especialidades que entrarão em funcionamento, na sede em Lisboa, ainda antes do final do ano. A ADFA está também a preparar um protocolo com a empresa Ambulâncias Tagus,

onde os associados podem, a título experimental, requisitar serviços através dos telefones 478 43 33 ou pelo fax 478 43 34 ambos da rede de Lisboa.

Calendários para 1997



Foi aprovada pela Direcção Nacional a proposta de execução de cinco mil calendários, de parede, da ADFA para 1997. O critério seguido para a selecção das fotos que ilustram os calendários tentou reproduzir situações relativas a acessibilidades que os deficientes enfrentam diariamente, tanto a nível de entradas físicas, caso de escadas, como sociais, caso do poder político.

Técnica Social

A ADFA pretende admitir uma Técnica de Serviço Social

para funções na sede, em Lisboa. As respostas deve ser enviadas para a Associação de Deficientes das Forças Armadas (Avenida Padre Cruz, Edifício ADFA, 1600 Lisboa) e dirigidas aos Serviços de Pessoal.

Operador de Informática

Para funções de tratamento de base de dados a ADFA admite um Operador de Informática. A tarefa é temporária e dá-se preferência a filhos de associados. As respostas deve ser enviadas para a Associação de Deficientes das Forças Armadas (Avenida Padre Cruz, Edifício ADFA, 1600 Lisboa) e dirigidas aos Serviços de Pessoal.

Mudança de instalações

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes mudou de instalações. A nova morada fica na Avenida Casal Ribeiro, nº55-r/c Dtº, 1000 Lisboa. O telefone é o 313 94 90 e tem nove linhas.

Natal em Lisboa

O departamento de pessoal logística da ADFA convida todos os trabalhadores da sede a um jantar de Natal, dia 20 de Dezembro, às 19:30h, no restaurante da associação.

Natal em Coimbra

No dia 21 de Dezembro a delegação de Coimbra da ADFA vai organizar o tradicional jantar de Natal. Para inscrição os sócios, e familiares e amigos, interessados devem contactar com brevidade a associação. Para além das variedades do sorteio de prendas o programa do convívio prevê algumas surpresas aliciantes.

Natal em Faro

A Delegação de Faro vai organizar uma Festa de Natal no dia 20 de Dezembro às 15:00h. Para associados e familiares interessados em participar devem avistar-se com a delegação até às 17:00h do dia 20 de Dezembro. Cada sócio pode, se quiser, contribuir com comendas que entenda.

Prendas no Porto

Na delegação do Porto, os filhos de associados, com idades até 18 anos, podem inscrever-se para participar na festa das prendas de Natal que se realizará às 15:00h do dia 20 de Dezembro.

Almoço em Viana

O almoço de confraternização em Viana do Castelo é no dia 20 de Dezembro, às 12:30h, no restaurante Martins-Darque.

Mesas de voto

No dia 11 de Janeiro, entre as 9.00 e as 19.00 horas, os associados da ADFA podem exercer o direito de voto na Sede (Lisboa), em todas as instalações das 11 delegações da ADFA ainda nos núcleos de: Penicóia (na Câmara Municipal), Tomar (na rua Professor Fernando Gonçalves da Silva, nº 13), Guimarães (na rua de Santo António, 157), Aveiras de Cima (na rua do Mercado Diário, Sala 6), Alcochete (Sala da Assembleia Municipal).

Reunião em Braga

A Comissão Instaladora do Núcleo de Braga convoca todos os associados da zona para uma reunião, no dia 18 de Janeiro, às 14:00h, na sede provisória do Núcleo (na Junta de Freguesia de São Lázaro - avenida da Liberdade, 490). Em foco vão estar a análise e discussão de toda a problemática que envolve a criação e instalação do Núcleo bem como a futura direcção.

Editorial

Ano Novo
ELO novo



José Diniz

Este ano, várias iniciativas ficaram a assinalar o 22º aniversário deste jornal. De grande significado para a reabilitação foi o colóquio realizado no dia 22 de Novembro

que contou com a presença de grande número de associações e com a ausência, muito criticada, do Secretário Nacional de Reabilitação. Noutra perspectiva, mas também com grande interesse e participação, foi o colóquio sobre "A Guerra Colonial na Literatura" realizado no dia 23 e que culminou com um jantar de confraternização.

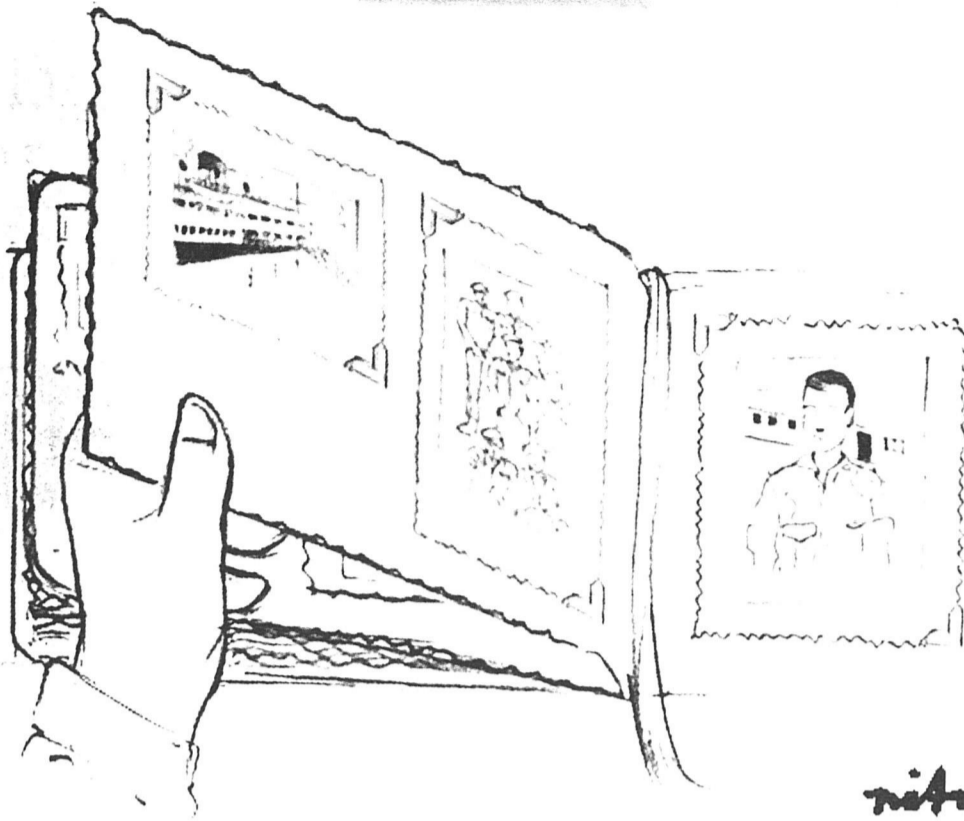
Mas estes actos comemorativos, localizados em Lisboa, não esgotaram as iniciativas levadas a cabo. Fizemos questão de promover um outro evento que fosse comungado por todos os associados e amigos da ADFA sem terem necessidade de saírem de suas casas. E esta "empresa" a que nos abalçamos aqui está, nas vossas mãos: um "Elo" renovado, com novo grafismo, espaço mais arejado e arrumado, novas rubricas e com a equipa redactorial reforçada por um grupo de jovens profissionais da Comunicação Social que foi a alma desta nova imagem e que continuará conosco a dar um cunho de maior profissionalismo ao jornal.

Enfim, com esta "mexida" pretendeu a Direcção Nacional e a Direcção do "Elo" tornar o jornal mais atractivo, de mais fácil leitura e mais participado.

O trabalho que agora apresentamos é fruto de uma preocupação de longa data. O respectivo projecto nunca esteve ameaçado, merecendo plena cobertura da Direcção Nacional, apesar da crise associativa que actualmente se vive e que provocou a convocação de eleições intercalares para os órgãos sociais nacionais. É uma prova de maturidade da ADFA que, não obstante as crises, se mantém uma instituição firme e coesa.

Se vamos atingir ou não os objectivos a que nos propusemos, só os nossos associados e leitores o poderão dizer. Este projecto tem a maleabilidade suficiente para atender e corrigir os aspectos que se revelarem menos eficazes. Por isso, ficamos a aguardar as vossas sugestões e as vossas críticas. ●

Cartoon



A guerra que me vai em memória

Jaime Ferreri

No meio, nesse meio onde
se pensa que possa exigir
virtude, resta apenas
a morte, a mesma morte
que se passeava no capim
das ex-colónias de Portugal,
se tem passeado sôfrega
na Bósnia

ideologia?) que perfilham; os justiceiros, no internacionalismo libertário que parecem defender, afirmam a raiva indignada contra qualquer pátria alheia a fazer de policia coartando a liberdade dos povos. No meio, nesse meio onde se pensa que possa exigir virtude, resta apenas a morte, a mesma morte que se passeava no capim das ex-colónias de Portugal, se tem passeado sôfrega na Bósnia, se máscara de cordeiro em cada esbirro de Suharto na desculpa que o menudo aceita pelo sorriso cínico de Alatas. E que gula a desta que de novo se entala em sangue nas africanas terras do Zaire.

As desculpas que a guerra arranja, como divide os bons e os maus, os baralha e confunde depois. Como inverte as vítimas e se serve até de combatentes da mesma bandeira para ajudar à perversão. Aqueles que a guerra tocou, aqueles cuja "heroicidade" foi travada por uma bala ou por uma mina ou até por um acidente são só a parte menor das centenas de milhares que um dia embarcaram. Já houve quem ousasse escrever ser irrelevante o número de mortos e feridos na guerra colonial se

comparados com os mortos e feridos por acidentes de condução nas estradas de Portugal. Já houve quem dissesse que a maioria se lembrava apenas das escolas que ajudara a construir e que tiros muitos deles nunca ouviram. Já houve quem dissesse que o stress de guerra era impossível em Portugal dado que os homens interiorizavam a ideia de que eram mobilizados para proteger a pátria; jamais como os americanos no Vietnam a defender terra alheia...

Falta ainda, na pena espartana do abate, que sobre os feridos, os deficientes que a guerra produziu, se publique um dia um decreto a negar que existem, que é injusta a pensão (para alguns bem parca) recebida, que o direito ao trabalho lhes deve ser sonogado pois já são reformados... que afinal de contas numa correcta perspectiva da guerra nada são. É que na guerra só existem duas tipologias: os vencedores e os vencidos.

Sempre assim foi para uns e outros, lendárias figuras de matadores cujos nomes aqui escrevo, pela falta de interesse e dignidade a registar, na fama extrapolada até de actos que não praticaram, transportam-nos às façanhas de outros "meninos assassinos" e "cínicos da guerra" como se criminoso fosse nascer-se negro, vermelho ou amarelo, judeu, muçulmano ou timorense, quem sabe um dia latino, simplesmente cubano ou europeu e ter-se anseios de liberdade para construir o próprio futuro. Recordar neste instante os inocentes, aqueles que apenas fazem número e a quem a história esquece o nome, é apenas ter a esperança de que um dia, outro homem, jornalista ou combatente não tenha mais de se referir ao tema, falar dos mesmos atropelos à justiça e à paz, admirar-se, por indignação, que de novo se possa repetir a barbárie. ●

Coluna do Zangão



Invente-se
uma nova
cidade

Victor Sengo

Aproxima-se mais um Natal. No ar ainda pairam os restos da cimeira realizada em Lisboa. Apenas falta chegar o nosso amigo Zangão.

Tenho tudo preparado para registar as suas palavras, ou ferroadas, se preferirem.

Olho em direcção da porta e vejo-o chegar. Fico apreensivo pois os seus movimentos parecem-me algo descoordenados. Sem mais delongas pergunto-lhe:

- "Amigo Zangão, pareces-me doente".

- "Não! Não estou doente, apenas confuso com os recentes acontecimentos."

E continuou: - "Repara, estava convencido que se iria realizar uma Conferência Internacional em Lisboa".

Qual não foi o meu espanto quando vejo nas notícias que a tão propalada O.S.C.E. se realizou noutra cidade e noutro país."

Esbocei um sorriso, enquanto pela minha mente perpassava a dúvida quanto a tão crasso lapso. Seria possível que alguém como o Zangão estivesse tão equivocado?

Atalhei: - "Não meu caro, essa reunião efectivamente realizou-se em Lisboa."

- "Ah! É que, nas imagens quer fotográficas, quer televisivas eu vi "LISBON SUMMIT 96". É certo que também vi um participante, extraordinariamente parecido com o nosso primeiro-ministro. Só que não devia ser, pois este falava em inglês.

Ora eu pensei que Lisboa não poderia ter mudado para Lisbon. E que um primeiro, ou segundo ou terceiro ministro do meu País falaria em português. Vejo que me enganei."

Fiquei um pouco embaraçado e argumentei: - "Mas foi um acontecimento muito importante. O nosso País passou para a ribalta da informação mundial..."

- "Pois foi. Mas há umas quantas sugestões que pretendo focar:

Penso que é urgente que em situações deste tipo se tome especial atenção ao facto do Povo só servir para atrapalhar. Logo, os lisboetas e periferia deveriam ter sido exportados para outro local e bem afastado.

Deveria construir-se uma cidade só para políticos. Aí residiriam todo o tempo, com jornais, rádio e televisões próprias. De quatro em quatro anos, abandonariam esse local para distribuírem os tradicionais beijos, sacos e aventais de plástico e outros artigos que nos lembrassem a imperiosa necessidade de votar.

Desta forma evitar-se-ia a recusa de hospitais em receberem doentes porque estavam de prevenção. Moradores que tiveram de deslocar as suas viaturas estacionadas à porta das suas residências. Condutores que embora paguem as estradas com os seus impostos não as puderam utilizar.

Enfim evitavam-se um sem número de aborrecimentos.

Por exemplo. No dia três, meia hora depois de passar o representante do Estado de Israel, enquanto uns policias diziam que se podia utilizar o "corredor de segurança", outros tiravam as matriculas para posterior autuação.

E já nem quero falar nos custos de tal encontro. É certo que passamos a vida a ouvir que: "isto" é o mais barato da Europa, que: "aquilo" é mais caro em ...

Verdade se diga que em nenhum país da Europa se "compram" ordenados aos preços de Portugal, ... nem gasolina...

Nesta quadra natalícia quero aproveitar para desejar a todos os meus amigos Um Feliz Natal e que o próximo ano de 1997 seja pleno de felicidade.

Adeus meus amigos. Eu voltarei. ●

Guiné pede apoio

Foi com o objectivo de obter a ajuda da associação, em acções concretas de cooperação com os deficientes militares e vítimas de guerra da Guiné-Bissau, que Martinho Mendes, membro da Comissão Instaladora da Associação dos Deficientes da Luta de Libertação Nacional (ADELLIN) daquele país, visitou no final de Novembro a ADFA. Como resultado da passagem de Martinho Mendes pela associação, em Lisboa, foi acordada a realização de uma reunião mais ampla, entre as duas entidades, em data próxima a agendar por ambas as partes, no sentido de concretizar as acções de cooperação possíveis.

Rendimento mínimo

O Serviço de Acção Social do Departamento de Reabilitação da ADFA emitiu um comunicado onde informa que o Rendimento Mínimo Garantido, é susceptível de ser aplicado aos cidadãos com residência legal em Portugal e que tenham passado pelo processo de legalização de estrangeiros. O texto explica que estas pessoas devem ter actualizado os documentos que atestem a data de entrada e o período de permanência em Portugal: carimbo do passaporte, declaração de entrada no país e bilhete de identidade. Os impressos para a legalização, encontram-se nas Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais ou Associações de Imigrantes. O Rendimento Mínimo Garantido consiste numa prestação do regime não contributivo da Segurança Social e um programa de Inserção Social, por forma assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva Inserção Social e Profissional.

Cimeira de Lisboa

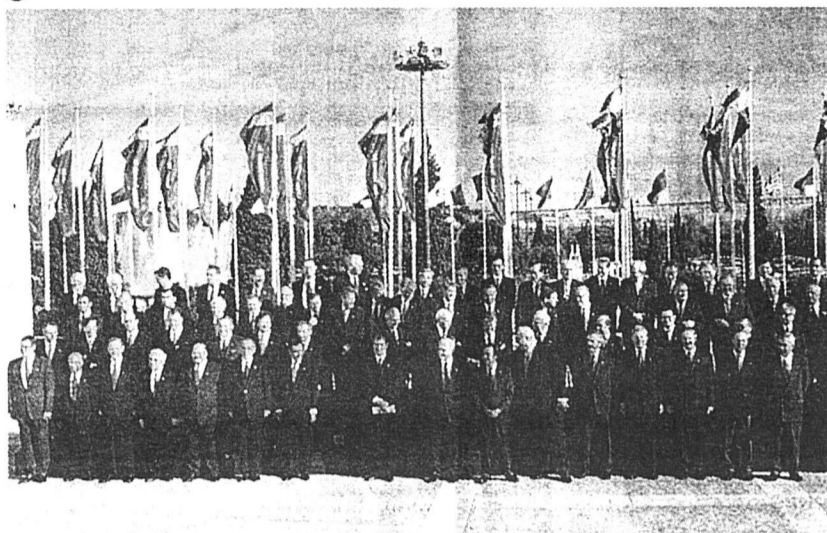
O futuro da segurança europeia

Realizou-se em Lisboa, nos dias 2 e 3 de Dezembro, no Centro Cultural de Belém, a Cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Na mesma sala onde 54 Chefes de Estado e Governo discutiam os destinos da Europa esteve o presidente da ADFA, Lavouras Lopes, no papel de representante da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), uma organização internacional - não governamental - que reúne todas as associações idênticas à ADFA espalhadas pelo mundo e que foi convidada como observadora para a cimeira.

Ao organizar esta reunião, Portugal foi, por alguns dias, motivo de notícia para jornais e televisões de toda a parte. Lisboa viu-se promovida a capital do mundo, e os lisboetas tiveram direito a um feriado que não constava no calendário.

A necessidade de existir um fórum de diálogo e cooperação entre o Ocidente e a Europa do Leste, sobretudo durante o período da guerra fria levou a que no ano de 1975, em Helsínquia (Finlândia), 35 países assinassem o "Acto Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa" (CSCE). Mas só mais tarde, em 1994, na Cimeira de Budapeste, a CSCE passou a denominar-se OSCE.

Em Lisboa, dos 55 Estados-Membros pertencentes à organização, apenas a República Federal da Jugoslávia não esteve



A foto de família na Cimeira de Lisboa

presente, por se encontrar suspensa. Após dois dias de negociações, e apesar de algumas divergências de posições, foram assinados dois documentos: a "Declaração da Cimeira de Lisboa" e a "Declaração de Lisboa sobre um Modelo de Segurança Comum e Abrangente para a Europa do Século XXI". Para além destas declarações foi ainda adoptado, pelos 30 estados signatários do tratado que limita as armas convencionais na Europa, um mandato, bem como os critérios para a sua revisão.

Chegar a este complexo consenso não foi tarefa fácil. Durante a cimeira pairaram sempre vários "fantasmas" que só com muita diplomacia e reuniões bilaterais, quanto baste, foram possíveis de ultrapassar. Entre as questões mais difíceis de contornar, destacaram-se problemas como o

conflito do pequeno enclave arménio; no Azerbaijão (Nagorno-Karabakh); o futuro papel da OSCE como organização de defesa da Europa (onde os Estados Unidos não vêem com bons olhos a diminuição do sua influência); o alargamento da NATO aos países do antigo bloco de Leste (onde a Rússia, contrariamente aos Estados Unidos, defende o aumento de poder da OSCE), e a actual situação na Bielorrússia.

A Cimeira de Lisboa, nas palavras do primeiro-ministro português, António Guterres, confirmou "o desejo de construção dum espaço de segurança cooperativa baseado num conceito de segurança global e indivisível e nos valores da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais". ●

Nuno Crespo

ADFA recebe visita de São Tomé

Aprender para crescer

A PRESIDENTE da Associação de Deficientes de São Tomé e Príncipe, Cristina Barbosa, deslocou-se à ADFA no mês de Novembro, com o objectivo primordial de recolher informação acerca do modelo organizacional da ADFA, visando a criação ou implementação de serviços na associação que representa, apenas com um ano de existência.

Devido aos enormes problemas económicos daquele país, Cristina Barbosa enfrenta uma tarefa dura mas, apesar de tudo, mostra-se confiante em levar a cabo o desafio que a trouxe a Portugal. A presidente explicou ao ELO que a associação, no seu início, começou por reunir ao ar livre no pátio de um jardim de infância das mães Canossianas. Posteriormente, o governo permitiu a utilização de um pequeno espaço onde actualmente se reúnem. Cristina

Barbosa disse ainda que a maioria dos deficientes de São Tomé vivem na indigência e que não existe um sistema devidamente organizado para a reabilitação e integração dos deficientes na sociedade.

Na sua deslocação a Portugal esta responsável, também deficiente, manteve contactos com outras organizações caso da Cruz Vermelha Portuguesa que irá encaminhar as suas pretensões para a Cruz Vermelha de São Tomé e do Instituto da Cooperação onde espera poder estabelecer alguns apoios.

Nas suas actividades em São Tomé, a associação, tem tido o apoio de instituições como a Organização Mundial de Saúde, a Caritas, diversas empresas e ainda de algumas embaixadas como a de Angola e da China, para além de outros apoios individuais. Cristina Barbosa desabafou que rece-

FARINHO LOPES



A presidente da associação de São Tomé

beria com agrado livros e roupas para serem distribuídos aos deficientes do seu país. Para este efeito, quem quiser responder ao apelo, pode entregar os seus donativos nos Serviços Sociais da Sede da ADFA. ● A.R.

As comemorações do 78º Aniversário do Armistício da Grande Guerra decorreram no dia 10 de Novembro, na avenida da Liberdade junto ao Monumento dos Combatentes. A cerimónia, foi presidida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, em representação do ministro António Vitorino, foi organizada pela Liga dos Combatentes com a cooperação dos Estados Maiores das Forças Armadas. Os membros da direcção nacional da ADFA, Jorge Maurício e Carlos Mendes, representaram a associação e depositaram um ramo de flores junto ao monumento.



FARINHO LOPES

Jorge Sampaio convida ADFA

O Presidente da República ofereceu, no dia 2 de Novembro, uma recepção no Corpo Diplomático que se dividiu em duas partes: uma no Mosteiro dos Jerónimos e a outra de cumprimentos no Palácio de Belém. certo constou da cantata "Loucos por Hospitalidade", em homenagem a São de Deus, e composta pelo Colégio Fom Santos. Esta peça, no entender de Jorge Sampaio, valorizou a tradicional recepção. O Presidente da República oferece anualmente em honra do Corpo Diplomático, para convidou também as autoridades de personalidades relevantes de todos os anos da vida nacional. Acendendo ao convite, representaram a ADFA, o Presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes e o Secretário da MAGN, Bento Raimundo.

Um telegrama para João Soares

No próprio dia do incêndio que deflagrou no edifício da Câmara Municipal de Lisboa de Novembro —, que destruiu por completo o telhado, atingindo ainda os 2º e 3º andares, a ADFA enviou, através de um telegrama, uma mensagem de solidariedade ao presidente da autarquia lisboeta, João Soares, deslizando a mensagem para uma rápida reconstrução do edifício.

Coroa de flores em Dia de Finados

Como é tradicional, o Exército promoveu no dia 2 de Novembro, várias celebrações em honra dos militares falecidos. Nas cerimónias realizadas em Lisboa, a ADFA esteve representada pelo 2º Secretário da MAGN, Nuno Crespo. A cerimónia teve lugar na capela da Armada Militar, contando-se entre os presentes os generais Chefe e Vice-Chefe do Exército, outros oficiais e representantes de Unidades e Estabelecimentos do GML e representantes da Armada e da Força Aérea. Seguiu-se a homenagem à cripta dos Combatentes no cemitério do Alto de São João, cerimónia que foi presidida pelo general Espírito Santo, Vitorino Mendes. A ADFA associou-se de modo especial a este acto, colocando uma coroa de flores junto àquele monumento funerário.

Formação Profissional

Teve lugar, na tarde do dia 8 de Novembro, no salão nobre da sede nacional, a cerimónia de entrega de diplomas aos formandos dos Cursos de Formação Profissional ministrados na ADFA. Esta ocasião foi aproveitada para a realização de um debate sobre as actividades de formação profissional e o mercado de trabalho. Presidiu à cerimónia o representante do Presidente do Departamento de Reabilitação do IIEFP. Neste debate, concluiu-se que as pessoas com deficiência, apesar de terem acesso a cursos de formação profissional, alguns de alta qualidade técnica, não por serem excluídos socialmente do mercado de trabalho. A situação coloca aos organismos públicos e organizações de e para deficientes uma grande interrogação acerca da política desenvolvida no nosso país em matéria de formação profissional das pessoas com deficiência.

Reparações Frimelo

**Frigoríficos
Fogões
Esquentadores
Canalizações**
Marcações de Serviços entre as 20 e as 24 horas
Telefone 932 65 80
(Lisboa)

Casamento

Cavalheiro com situação económica estável, 46 anos, saudável, pretende senhora com idade entre os 40 e 50 anos, de preferência que tenha casa própria com horta ou quinta para passatempo.
Assunto sério
Telefone- (01) 932 65 80
das 21:00 às 24:00

Programa da lista concorrente

Razão de ser da Lista

aprecimento da actual lista data às eleições intercalares dos Órgãos Sociais Nacionais cujo ocorrerá no dia 11 de Janeiro de 1997, enquadra-se no seguimento da Direcção Nacional feita em 17 de Junho de 1995. Não podemos prosseguir, nas suas linhas essenciais, o programa de trabalho sufragado pelos associados na data.

aposta da actual lista na melhoria do trabalho até agora efectuado, justifica-se pelos resultados, internos e externos, já obtidos. A necessidade de manter viva e dinâmica a Associação, de acordo com as expectativas que os associados depositam.

Ações a Nível Interno

As transformações realizadas no Serviço de Apoio aos associados, pretende-se melhorar a qualidade do atendimento, numa perspectiva integrada humanizante, e as vertentes administrativa, financeira e jurídica funcionem de um modo coordenado.

O serviço será responsável pelo atendimento aos associados internados nos hospitais, e desencadeará acções de encaminhamento domiciliário com o encaminhamento para as estruturas do médico-social.

A preocupação permanente o que se processa o fornecimento de próteses e ortóteses aos associados nos hospitais militares.

Na área do apoio clínico, para se continuar a assegurar as actividades de Clínica Geral, Psiquiatria, Psicologia Clínica e outras clínicas, pretende-se manter de imediato consultas de Psiquiatria e Estomatologia e de Fisioterapia nas instituições que estão a ser preparadas no Edifício-Sede.

Respeitante ao Bar-Restaurante como objectivo abrir o serviço aos sábados, a título experimental, que os sistemas de custos e o recrutamento do pessoal tenham lugar.

Do ponto de vista de gestão esta lista considera fundamental a implantação definitiva do sistema de centros de custo, por áreas de actividade, com o objectivo de rentabilizar os recursos humanos existentes, evitando desperdícios que se reflectem em custos directos no apoio aos associados.

melhoria da imagem da ADFA é uma preocupação dominante, e internamente os serviços são desenvolvidos para o conseguir.

Este sentido será reforçada a actividade do Gabinete de Estudos e de Formação, destinado à recolha e implementação técnica de reacções e à criação de dossiers essenciais sobre legislação aplicável aos deficientes militares.

o gabinete será incluído a actividades de áudio-visuais e criadas para a divulgação da ADFA na Internet.

reformulado o serviço de

Formação Profissional de modo a melhor servir os associados e seus familiares.

Será desenvolvido um programa de Formação Profissional destinado aos trabalhadores.

Será mantido o serviço prestado pela ADFA na formação de jovens deficientes civis, como forma de prestação de serviços e de solidariedade com a sociedade em geral.

Será desenvolvido um programa de Formação Profissional destinado aos trabalhadores.

Será mantido o serviço prestado pela ADFA na formação de jovens deficientes civis, como forma de prestação de serviços e de solidariedade com a sociedade em geral.

Será prosseguido o despiste, tratamento e acompanhamento dos associados e seus familiares afectados pelo "stress de guerra".

Serão criadas condições para descentralizar este apoio às delegações da ADFA, a partir dos pólos já existentes em Lisboa e no Porto.

O Jornal "ELO" continuará o seu processo de remodelação, em termos gráficos e de qualidade da informação, de modo a constituir-se como uma referência no âmbito da imprensa especializada nesta área. Será mantida e reforçada a independência do órgão de informação da ADFA face à Direcção.

Será tarefa prioritária a criação de condições para o exercício da acção de Órgãos verdadeiramente nacionais.

De entre as medidas que serão postas em prática, destacam-se a criação de condições para a constituição de uma Delegação em Lisboa, na sequência do disposto nos Estatutos, e o reforço da ligação institucional e associativa entre os Órgãos Nacionais e os Órgãos Sociais das Delegações e Núcleos.

Será reforçado o apetrechamento das Delegações a nível informático, no sentido de modernizar os sistemas e métodos de trabalho em vigor.

Será reforçado o apetrechamento das Delegações a nível informático, no sentido de modernizar os sistemas e métodos de trabalho em vigor.

3. Acções a Nível Externo

A lista propõe-se assegurar o bom relacionamento com todos os órgãos de soberania, com as Forças Armadas e com as estruturas oficiais da reabilitação, numa atitude de respeito e colaboração que não exclua a defesa intransigente dos direitos dos nossos associados.

Serão incentivados os contactos e a cooperação com todas as associações de e para pessoas com deficiência, numa perspectiva de solidariedade e respeito mútuo pelas opções e objectivos de cada associação.

Os candidatos desta lista, consideram que o CRPG é uma instituição referência a nível nacional e internacional no mundo de reabilitação e tudo farão para potenciar as capacidades desta instituição ao serviço dos deficientes em geral.

Serão desenvolvidas as acções de cooperação com as associações congéneres dos PALOP e incentivada a criação dos núcleos da ADFA em Angola e na Guiné-Bissau.

Será prosseguido o processo de transferência da Tipografia-Escola da ADFA para novas instalações.

Será acompanhado e incentivado o projecto integrado de turismo e lazer a desenvolver na região do Algarve.

A ADFA manterá uma posição

inovadora e interveniente na FMAC, procurando que esta instituição internacional venha a colocar-se inteiramente ao serviço dos deficientes militares e vítimas de guerra de todo o mundo.

4. Reivindicações Legislativas

Esta lista tomará como base de actuação das medidas legislativas o documento "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", entregue no princípio de 1996 no Ministério da Defesa Nacional, nomeadamente no respeitante a:

- recomendações da 6ª. Conferência da FMAC;
- abaixamento do grau de incapacidade na abrangência da lei dos grandes deficientes em serviço;
- cálculo da pensão dos DFA na base do último escalão do posto;
- acumulação de pensões e vencimentos dos deficientes em serviço;
- extensão do direito à pensão de preço de sangue a todas as viúvas dos deficientes militares;
- reapreciação da legislação dos familiares dos deficientes falecidos;

Considera-se que a criação do Conselho Consultivo para os As no âmbito do MDN é um passo importante na consecução da estratégia já definida e que continua a merecer toda a atenção e empenhamento.

É igualmente intenção desta lista manter uma atenção permanente em relação à criação de Conselhos Consultivos, que estão a ser criados pelo Governo para o equacionamento e tratamento de várias áreas e muito especialmente daquelas que tem a ver directa ou indirectamente com a resolução das questões referentes às pessoas com deficiência.

De acordo com a estratégia adoptada em relação às questões legislativas propostas pela ADFA, considera-se importante a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária para que todos os associados tomem conhecimento e se pronunciem sobre as medidas a tomar a curto e a médio prazo.

5. Execução do Programa

A Mesa da Assembleia Geral será o garante da coesão entre todos os Órgãos Sociais Nacionais e Locais, assegurando a informação e a comunicação entre todas estas estruturas associativas.

Dentro das normas estatutárias em vigor o Conselho Fiscal zelará pelo exacto cumprimento do programa de acção proposto.

Para a concretização do Programa de Acção agora proposto, considera-se essencial que a participação associativa seja uma realidade permanente.

Serão incentivadas todas as actividades e encontros associativos que conduzam ao debate e intervenção critica de todos os associados a nível nacional incluindo Sede, Delegações e Núcleos. ●

TERMO DE CANDIDATURA ELEIÇÃO PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS NACIONAIS DA ADFA

ELEIÇÕES INTERCALARES - 11.01.97

De acordo com os Estatutos e Regulamento Eleitoral da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, os associados abaixo indicados, candidatam-se aos Órgãos Sociais Nacionais da A.D.F.A. para 1997, em Eleições Intercalares que terão lugar no dia 11 de Janeiro de 1997, nos Órgãos Sociais Nacionais e cargos que a seguir se discriminam:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

PRESIDENTE

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício; Associado nº. 208

1º. SECRETÁRIO

José Machado Diniz; Associado nº. 311

2º. SECRETÁRIO

António dos Santos Carreiro; Associado nº. 1334

DIRECÇÃO NACIONAL

PRESIDENTE

Humberto Sertório Fonseca Rodrigues; Associado nº. 150

1º. VICE-PRESIDENTE

Manuel Lopes Dias; Associado nº. 379

2º. VICE-PRESIDENTE

Augusto António Catarino Salgado; Associado nº. 6627

1º. SECRETÁRIO

Cândido Manuel Patuleia Mendes; Associado nº. 519

2º. SECRETÁRIO

Carlos Alberto Santos Mendes; Associado nº. 1464

3º. SECRETÁRIO

Luis de Almeida Machado; Associado nº. 11534

TESOUREIRO

João Manuel Sarmiento Coelho; Associado nº. 1868

CONSELHO FISCAL NACIONAL

PRESIDENTE

Hugo António Constantino Guerra; Associado nº. 10419

SECRETÁRIO

José Horta Carneiro; Associado nº. 2928

RELATOR

José Albino Assunção Gabriel; Associado nº. 437

1º. VOGAL

Mário Alberto Feliciano Inácio; Associado nº. 9272

2º. VOGAL

António Cotrim Viana; Associado nº. 2429

COMUNICADO DA MESA

Caros Associados,

O Artº nº 10, do Capitulo II, dos nossos Estatutos estabelece: "... 1 - São direitos dos associados efectivos: b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da ADFA..."

No próximo dia 11 de Janeiro, entre as 9.00 e as 19.00 horas, e nos locais indicados na página 2 do jornal ELO - secção de Agenda -, os Associados deverão, por imperativo estatutário, exercer o seu direito de eleger.

A MAGN não pretendendo entrar em quaisquer querelas associativas, que possam colidir com a coesão dos associados, lembra que, embora os Estatutos da ADFA e o respectivo Regulamento Eleitoral não sejam precisos, em matéria de Eleições Intercalares e careçam de uma revisão pontual, afirma que, conscientemente e por unanimidade, decidiu convocar esta Assembleia em virtude da Direcção Nacional se ter demitido maioritariamente.

No entender da Mesa, do Consultor Jurídico da ADFA e ainda do parecer do Conselho Fiscal Nacional resulta que, para ultrapassar esta crise, a decisão mais associativa e sensata seria abrir um acto eleitoral, de forma a que todos os associados pertencentes aos Órgãos Sociais, ou não, pudessem livremente apresentar-se aos sócios para que as suas candidaturas fossem sufragadas.

Os Órgãos Sociais Nacionais cessantes entenderam não apresentar uma lista A, pelo que um grupo de associados decidiu candidatar-se com o apoio de sócios proponentes.

Neste Jornal divulga-se a Lista B, que é única, bem como o programa eleitoral.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional apela a todos os associados que exerçam o seu direito de voto, pois todos sabemos que a força anímica e moral dos Órgãos Sociais depende também do número de pessoas que as elegeram.

A MAGN

O Presidente

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Ope Legis: Por força da lei

Nenhum cidadão pode aceitar que, após o seu acidente ou doença ter sido considerado adquirido (ou agravada) em serviço pela Instituição Militar, a Caixa Geral de Aposentações (CGA) não lhe atribua pensão de invalidez, porque um médico especialista, escolhido e pago pela própria CGA, atesta que são errados os pareceres dos médicos e Juntas Militares.



António Carreiro *

— Por decisão superior, são desligados do activo e marcham, imediatamente, para o arquivo histórico!

— SIM, MEU PRIMEIRO! A obediência à lei é obrigatória para todos os cidadãos, "maxime" para a Administração Pública que a aplica.

Após a entrada em vigor do EMFAR, a CGA deixou de ter a competência de verificação estabelecida no artº 119º, nºs 2 a 6 do EA (aprovado pelo DL 498/72, de 9 de Dezembro).

Não obstante a plena vigência do EMFAR, desde há seis anos, a CGA continua a sujeitar os militares à sua Junta, sem competência para tal, dado que esta é exclusiva das entidades militares.

A crescer a tal atropelo, os mecanismos do mesmo artigo 119º, para além de lançarem a suspeição sobre a idoneidade das Forças Armadas, não acautelam devidamente as garantias do cidadão, em rigor e isenção, deixando, praticamente, nas mãos de um único médico especialista, escolhido e pago pela CGA, a decisão final de um processo, que levou anos a elaborar com a intervenção de vários médicos, Juntas de Saúde, pareceres de serviços competentes e decisão positiva da Instituição Militar.

É obra!

Ope Legis?

— Dá licença, meu primeiro?

— Apresentam-se os nºs 2, 3, 4, 5 e 6 do artº 119º do EA, por terem passado à reforma!

— Só com 18 anos de vigência, 24 de idade e já p'rá reforma!

— Não somos do regime democrático, meu primeiro! ●

*Advogado

.....
Não obstante a plena vigência do EMFAR, desde há seis anos, a CGA continua a sujeitar os militares à sua Junta, sem competência para tal.
.....

— Artº 119º, nº 2, 3, 4, 5, 6?
— Pronto, meu primeiro!

O respeito pelas hierarquias é um valor base da organização social. Nas leis também é assim; a lei superior derroga a inferior; e a posterior revoga a anterior, de forma expressa ou tácita.

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) é lei posterior ao Estatuto da Aposentação (EA) e dispõe de forma completamente diferente deste no que se refere ao processo de passagem à reforma extraordinária dos militares, não deixando, quer no seu espírito quer na sua redacção, qualquer dúvida que o militar que sofra de acidente ou doença contraiada ou agravada em serviço, assim considerada pela Junta de Saúde Militar, "transita para a situação de reforma extraordinária".

A defesa desta posição é fortalecida, designadamente pelas Lei de Bases da Condição Militar, Lei do Serviço Militar e Regulamento da Lei do Serviço Militar, decorrentes desde logo da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Todos estes diplomas são posteriores ao EA, e alguns são Leis e não decretos-lei, definindo a situação jurídica dos militares, no que se refere a acidentes ou doenças, sem dependência de qualquer intervenção da Junta da Caixa Geral de Aposentações (CGA) em função da condição e natureza específica da carreira militar.

Alcoolismo, aspectos psiquiátricos

Paulo Proença*

PODE DIZER-SE sofrerem de alcoolismo as pessoas que ingerem quantidades nocivas de bebidas alcoólicas e experimentam grande dificuldade para modificar este consumo. O critério quantitativo aqui expresso, embora discutível ou insuficiente, parece ser útil sobretudo na medida em que possibilita a cada um fazer uma avaliação rápida e não facilmente iludível da sua relação com o álcool. Assim, a ingestão de uma quantidade de álcool equivalente à que contém cerca de 1 litro de vinho, por dia, constitui um limite para além do qual se está em situação de risco de alcoolismo e se está já a fazer um consumo excessivo, potencialmente nocivo. Convém lembrar que as bebidas de tipo aperitivo contêm cerca do dobro de álcool e as do tipo da aguardente mais do triplo, em relação ao vinho; o consumo de dois copos de vinho ao almoço e ao jantar e uma aguardente no fim de cada refeição atinge já aquele limiar.

Juntamente com este aspecto das quantidades consumidas, salientamos também o aspecto qualitativo, relacionado com a maneira de beber que a partir de certa altura deixa de ser, ou só dificilmente o é, modificável pela vontade da pessoa e passa a ter uma espécie de autonomia própria, regida pela necessidade de sentir os efeitos da bebida; a pessoa já não é capaz de se abster de bebidas ou de beber só uma pequena quantidade - torna-se psicologicamente dependente dos efeitos do álcool.(...)

A dependência é acompanhada, com os comportamentos alcoólicos ou aditivos dum modo geral, por uma característica atitude de negação; raramente as pessoas se reconhecem, perante outrem e perante si próprias, como bebedoras e raramente referem, as quantidades consumidas; como se a bebida fizesse parte de si próprios, do seu mundo interior, qualquer coisa que estivesse ali pronta a aliviar angústias, a dissipar fantasmas, a afastar o desprazer, a proporcionar a possibilidade de comunicar. Um primeiro passo para a cura, para a descoberta de outras vias por onde se possam alcançar estas necessidades, será o poder falar disso com outra pessoa.

Quando a dependência passa a ser também física, a abstinência produz sinais e sintomas de sofrimento biológico; beber torna-se uma necessidade para suprimir o mal estar e para lograr um funcionamento mais adequado ou eficaz nas relações profissionais, sociais e afectivas.(...)

Em fases mais adiantadas da dependência física, surgem sinais e sintomas que são desencadeados pela abstinência, passado um período maior ou menor que pode variar entre algumas horas e alguns dias: tremores das mãos e da língua, câimbras, náuseas, vômitos, sensações de formigamento, suores, palpitações, irritabilidade, ansiedade; a ingestão de álcool pode fazer passar ou aliviar estes sintomas e assim se estabelece o ciclo fechado da dependência que torna os consumos crescentes e a abstinência improvável e dolorosa sem uma ajuda médica.

O alcoolismo, nas suas diversas formas e fases, faz-se ainda acompanhar por alterações psíquicas, da vida de relação e das estruturas cerebrais. Retrai-se o interesse pelos outros, os membros da família, os amigos, pela actividade profissional, pelas diversas motivações de ordem social e cultural. O carácter modifica-se, surgem cóleras e irritabilidade por pequenos motivos, aparece o ciúme que pode tomar formas graves e declaradamente patológicas, alteram-se e degradam-se as relações familiares. Lentamente, de forma insidiosa e despercebida, se alteram as capacidades intelectuais, a memória, a capacidade de raciocinar e de discernir, o sentido crítico nas suas variadas manifestações; estas alterações podem recuperar-se durante um período relativamente prolongado, pelo tratamento e pela abstinência; elas complicam, contudo, todas as outras capacidades e podem tornar-se definitivas nas fases mais adiantadas e quando se instalam atrofias cerebrais.(...)

*Médico Psiquiatra

Nota: Esta crónica já foi publicada no ELO nº202, de Setembro de 1991. Pela sua actualidade inserimo-la neste número, suprimindo algumas partes por imperativos de espaço.

Direito do Consumidor

CONSUMIDORES ACTIVOS. Todos os dias usamos transportes públicos, repartições públicas, lojas, recebemos publicidade pelo correio, vemos anúncios e ofertas de prémios ou concursos nos meios de comunicação, pagamos água, luz ou gás, contratamos seguros, usamos cartões de crédito, entre muitas outras actividades. Em suma, consumimos e, nestas relações de consumo, em que entramos sozinhos, isolados, abandonados à nossa sorte, somos a parte fraca. Do outro lado estão o Hipermercado, o Banco, a Seguradora, as grandes Empresas Públicas, os comerciantes ou o próprio Estado e a sua corte de funcionários. Do lado de cá está você, eu, e uma massa anónima e desprotegida dos consumidores. No entanto, fique desde já a saber que você tem Direitos e meios de os exercer.

DIREITOS DOS CONSUMIDORES. Portugal é dos poucos países que confere reconhecimento constitucional aos direitos dos consumidores. A Constituição da República

prevê expressamente que os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e informação, à protecção da saúde, segurança e interesses económicos e à reparação dos danos. Enquanto a Lei de Defesa do Consumidor - Lei 24/96, de 31 de Julho - regula os direitos dos consumidores e a prevenção dos riscos de consumo (em termos que podem ser considerados dos mais avançados na Europa), uma outra - Lei 22/96, de 26 de Julho - estabeleceu alguns mecanismos fundamentais destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais. A este cenário acrescenta-se toda uma série de decretos-lei e de regulamentos que procuram disciplinar a actividade económica e social, para garantir as bases do respeito e da protecção dos interesses dos consumidores.

O QUE FALTA? A realidade, porém, é que, na nossa experiência quotidiana, todos nos sentimos cada vez menos protegidos. Afinal o que falta neste sistema aparentemente tão perfeito e

evoluído? Antes de mais, a nossa própria vontade, a nossa atitude como consumidor. Quantas vezes não aceitamos, passivamente, situações que nos parecem imorais, ilegais ou injustas? Quantas vezes não "deixamos passar", só para não ter maçadas nem arranjar questões? Quantas vezes não pensamos que, afinal, o prejuízo sofrido é tão reduzido, que não vale a pena reclamar?

MUDAR A ATITUDE. É urgente que todos nós alteremos a nossa atitude face às questões do consumo. Se temos dúvidas, informemo-nos; se algo nos parece mal, protestemos; se sentimos que estamos a ser preteridos ou lesados, reivindicemos; se alguma coisa nos parece errada ou injusta, reclamemos. Sejamos parceiros activos na relação comercial de consumo. É fundamental modificar profundamente o nosso posicionamento em face da outra parte. O tempo do "racionamento" já passou há muito, mas a mentalidade da generalidade dos consumidores continua a

ser a mesma em face dos comerciantes, fornecedores, produtores, prestadores de serviços. É fundamental termos a consciência da nossa importância como consumidor. Somos nós quem comandamos a produção e a oferta, porque os bens e os serviços se nos destinam e ninguém está a fazer qualquer favor ao servir-nos. Nós pagamos para ser servidos e temos direito a ser bem servidos. A Constituição e a Lei protegem-nos e, por isso, não entremos no Banco, ou na Companhia de Seguros, nos TLP ou na EPAL, no Supermercado ou na boutique da esquina com o "chapéu na mão", exerçamos os nossos Direitos.

INFORMAÇÃO CERTA. Antes de mais, comecemos por nos informar dos nossos direitos. E o nosso primeiro direito é o de ser correctamente informados. Por isso, nada melhor do que usar este espaço, aberto às questões dos leitores sobre tudo o que diga respeito a esta matéria, para começar a mudar de atitude.

Jorge Pegado Liz (advogado)



CORREIO DA MANHÃ

24 de Novembro de 1996

"Cerca de uma dezena de organizações de deficientes, recentemente reunidas no colóquio "Reabilitação que Política?", (...) segund... adianta um comunicado da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a que o Correio da Manhã teve acesso, de acordo com este documento, existe uma "crescente preocupação" face à indefinição dos estatutos dos dirigentes das organizações de deficientes, facto que ocorre na sequência da demora na criação e entrada em funcionamento do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, há muito planeado".

PÚBLICO

24 de Novembro de 1996

"Ao coro de críticas junta-se ainda a Associação das Forças Armadas. A naturalização de alguns soldados africanos que combateram do lado português na Guerra Colonial, ainda não está resolvida, entre outras questões. A defesa diz que esse é um "processo moroso" e que só compete resolver parte do problema, uma vez que a atribuição de nacionalidade portuguesa é da responsabilidade do Ministério da Administração Interna. Mas sublinha: têm sido ouvidos como nunca."

Política de reabilitação sem cura aparente

Reflexões em dia de aniversário

Escrever a guerra

no Crespo

é todos os dias que se fazem 22... O ELO acabou de os fazer e comemorar organizou algumas iniciativas, convidou a família e os amigos mais chegados. Procurou que o dia não fosse igual a tantos outros. Reflectiu e debateu temas importantes, promoveu a discussão de ideias e a troca de opiniões. Mas, no todo o aniversariante que se fez, não se esqueceu de dar um abraço.



Francisco Fanhais, António Calvino e Carlos Vale Ferraz



Na mesa, todos iguais, todos diferentes

Inserido nas comemorações do 22º aniversário do ELO realizou-se no dia 22 de Novembro, na sede da ADFA em Lisboa, um colóquio com o objectivo de reflectir sobre a actual política de reabilitação. No auditório, eram grandes as expectativas uma vez que passava aproximadamente um ano desde que, naquela mesma noite, havia estado presente um elemento do então eleito Governo PS. Muitos dos presentes esperavam que, um ano depois, o Secretário Nacional de Reabilitação, Vítor Vieira Dias, pudesse trazer novidades. No entanto, tal não aconteceu uma vez que o Governo declinou o convite. Na ausência de um representante do Governo, o colóquio limitou-se às intervenções dos convidados presentes na sala e restantes elementos da mesa: José Diogo (director do ELO), Lavouras Lopes (presidente da ADFA) e Patuleia Mendes (moderador de debate).

Durante duas horas discutiu-se, numa sala com muitas cadeiras vazias, alguns dos problemas que afectam os deficientes. A maioria dos intervenientes contou que, num ano de governo socialista, muito pouco foi feito para alterar a situação dos deficientes em Portugal. Lavouras Lopes, dentro desta ideia, chamou a atenção para "a necessidade de um verdadeiro debate público sobre a reabilitação e integração dos deficientes, pois estes não são objectos passivos à espera de apoio político". "Só desta maneira se poderá alterar o marasmo da reabilitação em Portugal", concluiu o presidente. Para além de tudo aquilo que se falou sobre as deficiências, ainda foram abordadas questões que dividem os deficientes. Patuleia Mendes referiu uma delas: "é necessário que algumas associações deixem de pôr o subsídio à frente da política de reabilitação", na mesma linha, Jaime Sanches, da FENACERCI, vai mais longe quando diz que "cada uma das associações de deficientes só trata das suas necessidades, só defende as suas capelinhas". Para as questões que dividiu as associações presentes prende-se com o facto

da existência ou não de uma "organização chapéu de chuva", que represente a totalidade das associações de deficientes em Portugal. Actualmente, a CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes) engloba 23 associações num universo de 60. Quando confrontado com esta situação, Sá Flores, Secretário Nacional desse organismo, afirma categoricamente: "Há organização dos deficientes em Portugal, a CNOD só não é maior porque algumas associações não querem fazer parte desta".

Outro dos problemas levantados, no colóquio, foi a necessidade urgente de institucionalizar o financiamento das organizações de e para deficientes, pois só assim estas poderão "desempenhar as suas funções, independentemente dos subsídios atribuídos pelo Estado", dizem as organizações que, por seu lado, gostariam também de ver definido o estatuto dos dirigentes.

No final do colóquio foi elaborado um

documento (para ser distribuído à Imprensa e às associações ausentes), onde as sete associações presentes - Associação Portuguesa para a Educação de Deficientes Visuais (APEDV), Associação dos Hemofílicos (APH), Associação Portuguesa de Insuficientes Renais (APIR), Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), Confederação Nacional das Organizações de Deficientes (CNOD), Federação Nacional das Cooperativas para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (FENACERI) e Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) - expressam o que de mais importante se passou no colóquio.

Guerra e Literatura

Inserido no segundo dia das comemorações do ELO, realizou-se a 22 de No-

vembro, no auditório da ADFA em Lisboa, um outro colóquio sobre o tema a "Guerra Colonial na Literatura". De Jaime Ferreri, Carlos Vale Ferraz, Daniel Gouveia e Carmo Vicente esperava-se que reflectissem o tema, através das suas experiências pessoais. Com vista a dar um enquadramento que permitisse compreender, um pouco melhor, a forma como a Guerra Colonial surge representada na Arte, no caso, na Literatura.

Falar da Guerra Colonial continua a ser motivo de divergências, mesmo quando esta é apenas um tema de inspiração para o artista. Não existe um modelo único de abordagem da Guerra Colonial na Literatura, uma vez que, o seu sentido depende unicamente do escritor, é este que decide — à semelhança de um escultor — a forma da representação artística.

Carlos Vale Ferraz entende que a Guerra Colonial deve ser abordada como

"aquilo que ela foi", e considera que, "em termos militares, o conflito não representou nada de excepcional, apenas um movimento de libertação, uma guerrilha contra um exército". "Mas valeu a pena porque deu oportunidade a uma geração de entrar na História de Portugal, de conhecer o bom e o menos bom de África", concluiu. Em relação à forma como a Guerra Colonial aparece nas representações artísticas, Carlos Vale Ferraz recusa o papel de escritor denunciante, por "não ser essa a função de quem escreve. O escritor deve apenas tentar perceber o porquê de todas as guerras serem tão parecidas e não se limitar a escrever sobre bons e maus, justiça ou injustiça".

Nem heróis, nem piégas

Opinião diferente tem Carmo Vicente "a Guerra Colonial não valeu a pena, foi injusta, como tal, não pode ter valido a pena" para o autor o importante na Guerra Colonial é referir que morreram milhares de homens. Ao escrever sobre a Guerra Colonial há sempre um risco: "todos queremos ser heróis", diz Jaime Ferreri para quem "o mais importante é o prazer de escrever. Quando escrevo apenas estou preocupado com a arte. Não tenho preocupações de ordem moral". Noutra perspectiva Daniel Gouveia entende que "a piégue não é a maneira justa de abordar a Guerra. Não é o que os mortos merecem nem é o que os vivos precisam. Acima de tudo o importante é reconhecer que a razão não está apenas de um só lado e que se devem apresentar os argumentos de ambos os lados", sublinha o escritor.

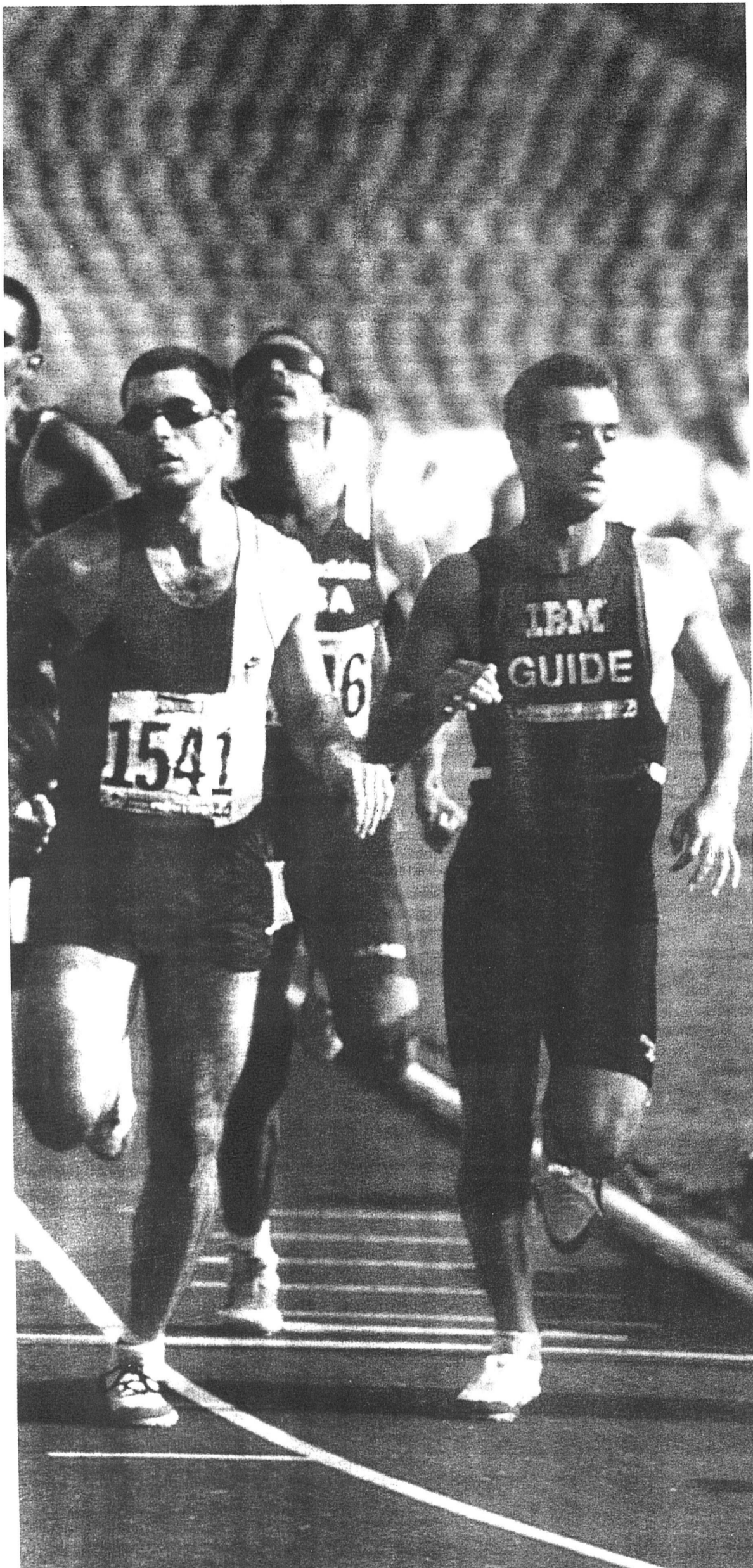
Após as intervenções dos convidados da mesa, muitos foram os que demonstraram vontade em participar, usando da palavra. Estabeleceu-se, assim, o diálogo entre todos aqueles que optaram por, numa tarde de sábado, dar os parabéns ao ELO. No final do colóquio, para os que quiseram, houve um jantar de confraternização. ●



À noite, longe de debates, veio a confraternização

Em Atlanta, paralímpicos portugueses ao nível dos melhores

A força (interior) de vencer



Foi no atletismo que Portugal conseguiu mais medalhas: José Gameiro (na foto) foi um dos vencedores

Nuno Crespo

O estatuto de atletas de alta competição foi-lhes atribuído o ano passado. Mesmo sem ele, no entanto, já há muito que o eram. Praticam desporto de alto rendimento, ainda que nem sempre sejam olhados como tal. Aos que ainda duvidam das suas capacidades, respondem com resultados e à escassez de apoios contrapõem determinação. São deficientes campeões.

Em Atlanta, os X Jogos Paralímpicos confirmaram o que as últimas participações haviam indicado: o desporto para deficientes, em Portugal, está no bom caminho. Não fosse a enorme falta de meios e talvez os resultados pudessem ser ainda melhores.

Habitados a esperar, dias e dias por resultados olímpicos que façam os portugueses sentir orgulho no seu País, não é demais lembrar as classificações alcançadas pelos paralímpicos, em Atlanta: com uma comitiva pouco numerosa (35 atletas apenas), sobretudo se comparada com outras - a espanhola, por exemplo, com 190 elementos ou a norte-americana, com 300 -, Portugal somou 14 medalhas. Um número que proporcionou o 26º lugar entre 120 países, dos quais apenas 60 conseguiram ter atletas no pódio.

A situação, no entanto, só é possível graças ao trabalho realizado por todos os intervenientes no fenómeno desportivo (atletas, técnicos e Federação), que, com mais ou menos apoios, maiores ou menores dificuldades, vão conseguindo os seus objectivos.

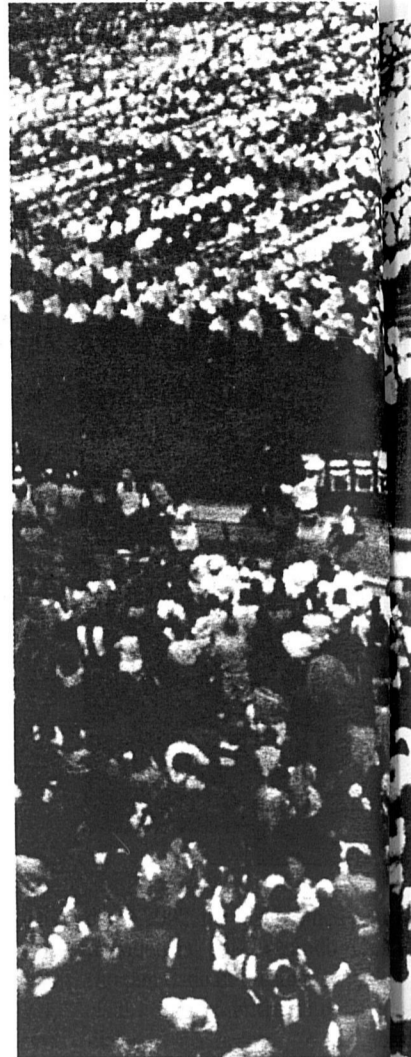
A importância do desporto

O desporto desempenha na vida do deficiente um papel de grande importância: para além de constituir uma forma de ocupação dos seus tempos livres, poderá ajudá-lo no tratamento e recuperação das deficiências, sejam físicas ou psicológicas.

Entre nós, no entanto, nem sempre o panorama do desporto para deficientes foi assim. Só, com efeito, a partir de 1979, com a iniciativa de criar a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), houve a possibilidade de dar um salto qualitativo. Mesmo a nível internacional o desporto organizado para pessoas deficientes é recente, existindo há menos de meio século. No nosso país, só através da conjugação de esforços entre as associações das diferentes áreas de deficiência - mental, visual, auditiva, motora e de paralisia cerebral - foi possível começar a olhar o desporto para deficientes de uma forma mais condigna.

Francisco Alves, presidente da FPDD

ANTONIO ALMEIDA/PROJECIMAGEM/APPC.NRSUL (FOTOS)



desde 1992, faz um balanço positivo da presidência, pois, segundo diz, "a Federação tem dado um testemunho de que é possível o diálogo entre os deficientes". Este diálogo - acrescenta - "é útil, possível e desejável, respeitando as especificidades, mas unidos no que é geral e comum". Apesar disso, Francisco Alves reconhece que "todas as associações compreenderam a importância do fenómeno desportivo associativismo".

À semelhança do que acontece nos Jogos Olímpicos, os Jogos Paralímpicos representam o marco mais importante de competição para os atletas, no caso, para os "atletas de elite" deficientes. Os Jogos de Atlanta '96 não foram diferentes e significaram, para os que neles participaram, o culminar de um trabalho de anos, de muitas horas de treino e sacrifício. Para alguns, aconteceu pela primeira vez a vida que jamais esquecerá. Como é habitual, a história de uns

Um 26º

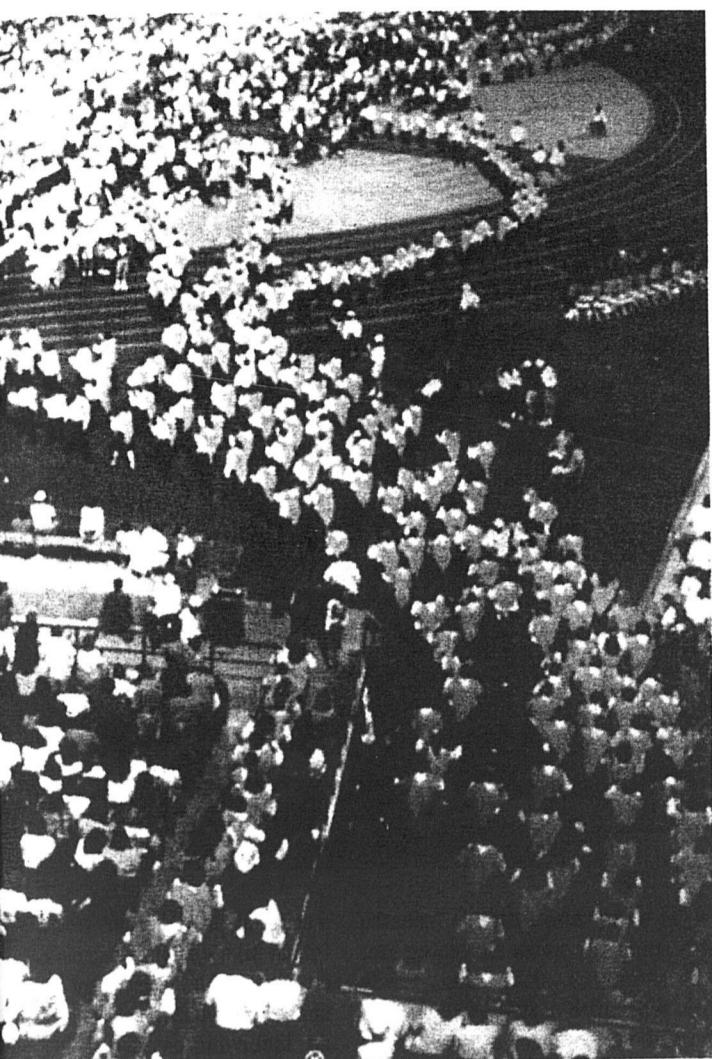
Em Atlanta, a comitiva portuguesa, com 35 elementos, conquistou 14 medalhas entre 120 países, em que apenas metade são portugueses. Portugal conseguiu o 26º lugar. Para os paralímpicos ficam o nome dos vencedores

OURO

José Gameiro
 José Gameiro
 Paulo Coelho
 Paulo Coelho
 José Macedo
 Armando Costa
 e José Macedo

PRATA

Paulo Coelho
 Fernando Ferreira, Pedro Silva, António Marques e João Alves



Atletas estiveram representados 120 países

Os primeiros Jogos Paralímpicos construíram-se de alegrias e momentos felizes e (também) de superação, mas sempre, no entanto, de força de vontade, cimentada de superação individual, na qual só assim se vencerá.

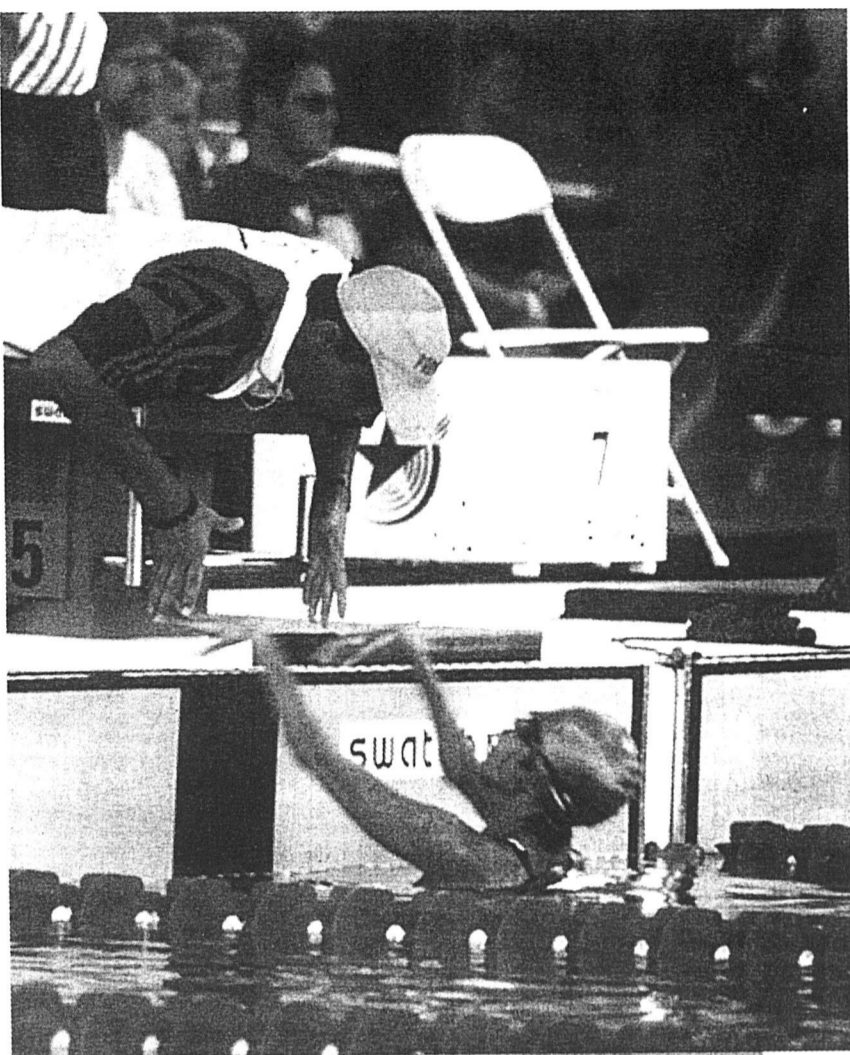
Medalhas para atletas

Paulo Coelho, José Gameiro e Susana Barroso foram três dos 35 atletas da delegação portuguesa presente em Atlanta. As medalhas por eles conquistadas - ouro, três de prata e uma de bronze - representam bem o espírito de superação dos atletas paralímpicos portugueses. Apesar das diferenças, estes atletas têm o mesmo prazer pela prática desportiva e a vontade de fazer sempre melhores naquilo que fazem.

Apesar do tempo em que começaram a competir - "por não gostarem de estar

parados" ou "para estar junto de pessoas com problemas iguais, conversar e tentar aliviar", estes atletas constituem hoje um exemplo para outros deficientes. Os seus casos pessoais espelham as dificuldades com que o deficiente, em geral, e o atleta-deficiente, em particular, vive em Portugal: sem apoios significativos por parte do Estado, obrigado a sobreviver. À custa de "migalhas" (os subsídios, ainda que maiores do que no passado recente, continuam, no entanto, a ser diminutos), exige-se-lhe um esforço extremamente elevado para poder manter, ou melhorar, os seus resultados desportivos.

Apesar do actual estado de coisas, os "atletas de elite" deficientes não querem ser tratados como "coitadinhos": apenas pretendem que se faça jus ao estatuto adquirido no ano passado (atletas de alta competição), que os seus direitos sejam respeitados e que lhes sejam concedidos prémios em reconhecimento do valor e mérito dos êxitos desportivos obtidos no



Susana Barroso: uma atleta três medalhas

regime de alta competição. Em suma, que sejam tratados de acordo com o que, de facto são: desportistas de alto rendimento que, à semelhança de outros, defendem e dignificam o nome de Portugal.

Estatutos deficientes para atletas deficientes

Uma das situações que actualmente justifica o empenho dos dirigentes da FPDD prende-se com a recusa da atribuição de prémios monetários aos atletas-deficientes medalhados. "O Estado tem que reconhecer, como, aliás, o determina a lei, prémios monetários para os atletas, que poderão, ou não, ser iguais aos dos outros atletas olímpicos", adverte o presidente da Federação, sublinhando, a propósito, a urgência na resolução do problema, diante das "expectativas criadas" e do "empenhamento dos atletas".

Posição semelhante é a do atleta Paulo Coelho, quando afirma que "a situação

já devia ter sido resolvida há muito tempo: somos atletas de alta competição e, como tal, estamos abrangidos pela portaria de Agosto de 1995 que regulamenta os prémios". Contrariando, pois, a opinião dos que recusam a atribuição de tais prémios monetários, com o argumento de que eles poderão de algum modo desvirtuar o desporto, os deficientes entendem ter legitimidade para reivindicar a sua atribuição.

"Também somos atletas de alta competição, treinamos tanto como os outros", insistem, ao mesmo tempo que recordam: "Apesar de, entre Janeiro e Agosto deste ano termos recebido 30 contos, a aplicação e os resultados continuaram a ser os mesmos de sempre, bons".

Quando, perante a actual situação, se conseguem os resultados obtidos pelos paralímpicos, em Atlanta, é natural que estes se questionem sobre o porquê de tal discriminação. Como deficientes que são, os paralímpicos não têm a vida nada facilitada.

As dificuldades inerentes da deficiência, a que importará juntar as dificuldades próprias de quem vive no limiar do século XXI, o atleta, praticante de desporto de alto rendimento, vê-lhe, pois, negada a possibilidade de, através de prémios monetários, diminuir a distância entre o seu mais difícil adversário, aquele que mais custa a vencer, o viver o dia-a-dia com dignidade. Resta-lhe, uma vez mais, o seu carácter, a sua determinação, a força interior que consegue, nos momentos mais difíceis, ou seja, resta-lhe a vontade de vencer, afinal, a característica dos campeões.

Aos deficientes a atleta Susana Barroso deixa um apelo: "Todas as pessoas têm limitações, e problemas, por isso há que enfrentar a vida de cabeça erguida, já que ela foi feita para ser vivida". Semelhante é a mensagem de outro atleta, Paulo Coelho, quando insiste: "Não fiquem parados, façam algum desporto, pois, desporto não é só competição".

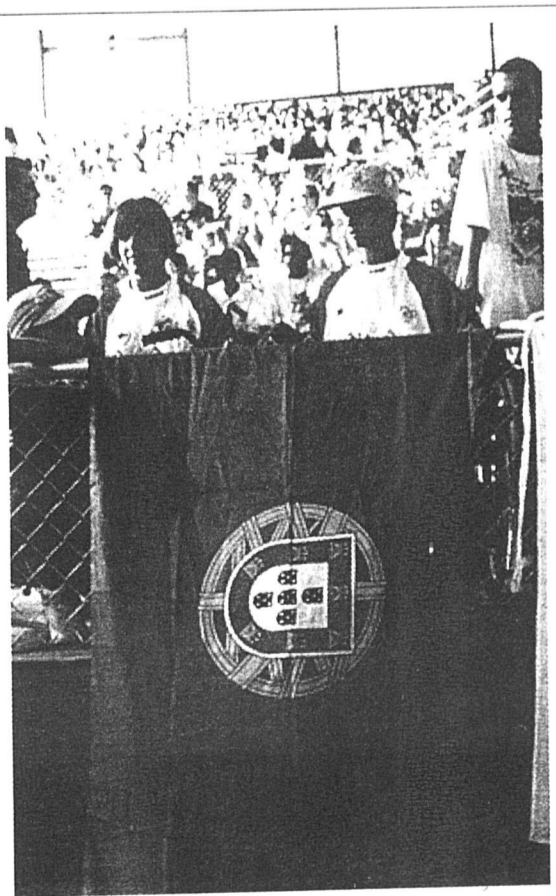
Confrontado com esta situação, o Indesp (Instituto do Desporto) apenas adiantou que decorrem negociações com a FPDD, no sentido de alterar o actual estado de coisas. E mais não quis dizer, pelo menos por enquanto... ●

Entre 120 países

Susana BarrosoNatação/50m Costas
Susana BarrosoNatação/50m Livre

BRONZE

Carlos LopesAtletismo/400m
Carlos FerreiraAtletismo/10.000m
João CostaAtletismo/Maratona
Susana BarrosoNatação/100m Livre



Os primeiros Jogos Paralímpicos realizaram-se em Roma (Itália), no ano de 1960. Desde então continuam a ser celebrados em cada ano olímpico, habitualmente no país-sede das Olimpíadas.

A semelhança do que acontece com os Jogos Olímpicos, que têm o seu reaparecimento (1896, em Atenas) associado à figura do barão francês Pierre de Coubertain, os Jogos Paralímpicos têm no médico Ludwig Guttman um dos seus principais mentores.

Começando por ser um meio de ocupação dos tempos livres. Só em 1944, através do neurocirurgião Ludwig Guttman, o desporto começou a ser utilizado como forma de tratamento e recuperação dos deficientes. ●

Viseu

Comemorações do Dia das pessoas com deficiência

SUBORDINADAS AO tema "20 Anos de Constituição, 20 Anos de Reabilitação", realizaram-se em Viseu, nos dias 2 e 3 deste mês de Dezembro, as Comemorações Nacionais do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

As cerimónias, organizadas pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e pelo Serviço Sub-Regional de Viseu, do Centro Regional de Segurança Social do Centro, contou com um conjunto de actividades culturais, artísticas, desportivas e recreativas, merecendo especial destaque a homenagem prestada aos atletas medalhados nos X Jogos Paralímpicos Atlanta/96, bem como o seminário "Acessibilidade para o Século XXI, promovido pela Câmara Municipal de Viseu.

Um seminário composto por dois painéis - "Direitos Constitucionais dos Cidadãos com Deficiência" e "Integração dos Cidadãos com Deficiência - preencheu a actividade do segundo dia. Tanto o secretário de Estado de Inserção Social, Rui Cunha, na sessão inaugural (presentes, na cerimónia, técnicos, representantes de associações de e para deficientes, autoridades locais e convidados), como o ministro da Solidariedade e Segurança Social, Eduardo Ferro Rodrigues, que presidiu à sessão de encerramento, insistiram na ideia da concretização das políticas nacionais dirigidas aos cidadãos com deficiência. Em contrapartida, os representantes das associações presentes revelaram, de modo geral, impaciência e uma grande desilusão perante o atraso na concretização de medidas concretas, visando a melhoria das condições de vida da população com deficiência. É que, conforme alguém então afirmou, até agora, a acção dos departamentos governamentais parece resumir-se ao ditado popular de "muita parra e pouca uva".

A intervenção da ADFA, representada pelo 2º vice-presidente da DN, Catarino Salgado e pelo presidente da Delegação de Viseu, o associado João Gonçalves, debruçou-se especialmente sobre a lei orgânica e Conselho Consultivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência; critérios de financiamento por parte do Estado às Associações de e para Deficientes; necessidade de atribuição de crédito de horas a dirigentes associativos; reformulações da política de emprego para pessoas com deficiência; o Estado Social perante o cidadão deficiente; e, ainda, o artigo 71º da Constituição e a necessidade de inclusão de medidas anti-discriminatórias relativamente aos deficientes. De referir a presença mínima de pessoas portadoras de deficiência, em contraste com o universo de entidades e serviços oficiais. ●

Dirigentes da Associação reúnem com partidos políticos

A delegação do Porto da ADFA tem vindo a contactar os quatro principais partidos políticos no sentido de sensibilizar os seus dirigentes para o problema dos deficientes das Forças Armadas. Enquanto o PCP e o PS já receberam a delegação da ADFA, o PSD e o PP ainda não deram qualquer resposta ao pedido da Associação. Nas reuniões já realizadas, as principais questões abordadas dizem respeito a medidas de política municipal na área da deficiência, nomeadamente, barreiras arquitectónicas, apoio às associações, parques de estacionamento e ainda às reivindicações da ADFA, mais concretamente ao caderno apresentado junto do Ministério da Defesa. Estas reuniões, segundo elementos da direcção da delegação do Porto, serviram para "abrir as portas do diálogo entre partidos políticos e a Associação". ●

Inquérito quer apurar perfil e expectativas dos associados

Para conhecer a realidade dos deficientes militares, a ADFA elaborou um inquérito, com a colaboração do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, para distribuir a todos os sócios. Para atingir os objectivos da iniciativa é necessário caracterizar, no plano social, económico e profissional, os associados; saber o que pensam do desempenho da associação e conhecer as suas expectativas acerca do que deve ser a ADFA. Outra das metas a atingir com os resultados é uma maior aproximação entre a associação e os sócios, no entanto, para que isso aconteça a ADFA pediu a colaboração de todos os sócios, respondendo ao inquérito que lhes vai ser facultado numa das suas deslocações à associação. ●

Stress de guerra: uma realidade em colóquio

"A realidade do DPTS - suas causas e consequências" foi o tema do colóquio realizado no dia 29 de Novembro na delegação do Porto. O colóquio contou com a participação de várias personalidades ligadas à vida militar e à medicina, como Afonso Albuquerque (director clínico de psicoterapia comportamental do Hospital Júlio de Matos), Fausto Lourenço (chefe do serviço de psiquiatria do Hospital Militar) e o psiquiatra Gustavo Wallenstein. De acordo com Afonso Albuquerque os números apontam para 50 mil ex-combatentes afectados pelo DPTS. No entanto, estes números não são exactos, pois, ainda segundo o mesmo especialista, "vão-se alterando à medida que se vão recolhendo novos dados nesta matéria". Os outros dois oradores também não deixaram de expor os seus pontos de vista, uma vez que convivem directamente com pessoas afectadas pelo stress de guerra. A entidade militar esteve representada pelo coronel Páscoa (do Comando da Região Norte) e pelo tenente coronel Sérgio Santos (da direcção do Hospital Militar do Porto). ●

SERVIÇOS PARA ASSOCIADOS

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr. Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242



A Direcção nacional reuniu os sócios para divulgar a posição do Governo

Reivindicações da ADFA

Ministério da Defesa toma decisão

Anabela Vieira

A reunião que transmitiu aos associados a posição do Ministério da Defesa sobre as propostas da ADFA, mesmo com divergências notórias de pontos de vista, foi unânime num aspecto: é preciso resolver com urgência as situações de injustiças sociais de que os deficientes militares são vítimas.

No dia 9 de Novembro, a Direcção Nacional da ADFA reuniu-se com os sócios da delegação do Porto, para dar a conhecer a posição do Ministério da Defesa, face ao pacote de propostas apresentado pela associação. De acordo com o segundo vice-presidente da direcção, Catarino Salgado, "notou-se uma abertura não tão lata quanto se queria", reforçando, o membro da direcção, adiantando que "as expectativas ficaram aquém daquilo que esperávamos, no entanto", conclui, "o

secretário de Estado da Defesa Nacional, José Júlio Pereira Gomes, mostrou um profundo conhecimento sobre cada um dos itens contidos no caderno reivindicativo". Um caderno que encontra a sua razão de ser nos enormes problemas que os deficientes das Forças Armadas têm de enfrentar e pela inoperância das entidades governamentais nesta matéria.

Passados vinte anos depois do fim da guerra colonial, verifica-se uma total indefinição em matéria de reabilitação, reintegração, nomeadamente o acolhimento em estabelecimentos assistenciais, (note-se que apenas o último aspecto se encontra previsto no DL 43/76 de 20 de janeiro). Quanto às pensões de preço de sangue, a legislação actual encontra-se desajustada em relação às disposições legais do regulamento da lei do serviço militar e ao estatuto dos deficientes das Forças Armadas. Ainda sobre esta matéria, e contra o que está legalmente estipulado, o falecimento do deficiente militar cuja doença tenha sido adquirida ou agravada em serviço não dá direito a pensão de preço de sangue.

A acumulação de pensões e subsídio de desemprego, bem como o carácter indemnizatório das pensões conjugado com o direito ao trabalho,

implica que seja permitida a acumulação de pensões de preço de sangue - em serviço - ingresso no mercado de trabalho, cabendo ao empregador fazer os devidos descontos. Este trabalhador não vai poder usufruir o direito a pensão de invalidez e subsídio de desemprego, pois não pode acumular reformas (visto já receber a verba prevista para deficientes militares).

Em relação ao conjunto de propostas, Catarino Salgado acrescenta ainda que "apenas manifestou o seu opinião, não fechou portas. Além disso, foi criado o Conselho Consultivo para discutir estes assuntos. Em relação a outras questões, a resposta do secretário de Estado foi clara e positiva, nomeadamente, em matéria de acumulação de pensões".

A questão das injustiças com relação aos deficientes considerados em serviço, foi a mais debatida. Estes querem explicações e respondam a uma contradição profunda: apesar de serem considerados deficientes das Forças Armadas, podem inscrever nos Serviços das Forças Armadas. Na delegação do Porto, por exemplo, existem casos de sócios que, tendo sofrido o mesmo acidente, uns são considerados em serviço e outros em campanha. ●

A delegação do Porto comemorou, no dia 7 deste mês, o seu 22º aniversário. O dia começou pelo formal hastear das bandeiras, seguindo-se a inauguração do centro de convívio. Após a celebração da missa, a delegação do Porto da ADFA, juntamente com a delegação local da Associação Portuguesa de Deficientes, assinaram um protocolo de cooperação entre as duas entidades. Pondo de parte as formalidades, deu-se, então início ao tão almejado, que contou com a presença de mais de 150 pessoas, entre sócios e familiares. A tarde foi animada com a presença de alguns grupos musicais.



unchal abre portas a exposição e colóquios

Madeira exhibe Guerra Colonial

Patuleia Mendes

durante quatro dias, professores, alunos e público em geral passaram pelo Teatro Municipal do Funchal, para além de fotografias, entre outros registos, encontraram colóquios sobre a Guerra Colonial com temas como as causas e efeitos do conflito, o Stress de Guerra, as barreiras arquitectónicas que os deficientes enfrentam e a integração des-



No Funchal, o tema da exposição conquistou o público

A Delegação da ADFA da Madeira, esteve em exibição de 16 a 20 de Novembro, no Teatro Municipal do Funchal, devido para o efeito pela Autarquia local, a exposição "Guerra Colonial, uma história por contar", idealizada e produzida, presente no trabalho de vários anos do corpo docente e alunos, do Externato Infante Henrique de Ruilhe Braga.

Na véspera de abertura ao público, no fim da tarde de dia 15, a mostra foi inaugurada pelas mais altas individualidades civis e militares do arquipélago madeirense, das quais se destacavam, o Vice-Presidente da Assembleia Regional, em representação do respectivo presidente, o Secretário Regional da Educação em representação do Presidente do Governo daquela Região Autónoma, para além do Chefe de Estado

Maior das Forças Armadas sediadas no Arquipélago, do representante do respectivo Comandante militar e do Presidente da Câmara do Funchal.

No dia 16 à tarde, Patuleia Mendes da Direcção Nacional da ADFA, Ivo Paulino, Presidente da Direcção da Delegação local e o professor José Manuel Lages, coordenador da equipa, que criou e mantém viva aquela importante exposição de tão importante período da história de Portugal, apresentaram perante a assistência presente ao colóquio que se desenrolou, também nas instalações do Teatro Municipal do Funchal, os temas: "Guerra Colonial, suas causas e sequelas", "Stress de Guerra", "Barreiras Arquitectónicas" e "Integração de Deficientes".

A exposição que levou à população

da Madeira, um momento importante de reflexão, sobre a realidade vivida pela juventude de 1961 a 1974, foi intensamente visitada, realçando-se a presença de diversas escolas, cujos professores e alunos foram sensibilizados a vê-la por intermédio directo da Secretaria Regional da Educação.

Com as dificuldades e condicionantes acrescidas que teve que enfrentar e ultrapassar para levar a efeito esta exposição, a Delegação da Madeira, deu um exemplo, lançou um desafio, parta que outras Delegações levem às suas cidades e áreas envolventes o conhecimento deste importante repositório daquele período da nossa vida colectiva, em que nós deficientes das forças armadas, fomos na verdade os verdadeiros protagonistas. ●

Núcleo de Aveiras de Cima

Uma noite no Ribatejo

REALIZOU-SE na noite de 30 de Novembro a anunciada Noite Ribatejana, levada a efeito em Aveiras de Cima por organizações do núcleo local e que, conforme já nos habituámos, reuniu à volta do fado, das castanhas e do vinho, mais de 300 pessoas entre associados, familiares e amigos.

A envolvimento local foi manifesta com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal da Azambuja, Presidentes das Juntas de Freguesia, de Aveiras de Cima e Vale Paraíso e da Casa do Povo, onde se realizou a confraternização, para além do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Azambuja que, recorde-se, cedeu a viatura que permitiu a deslocação a Aveiras de Cima de diversos associados residentes na área de Lisboa.

O fado cantado pelas já conhecidas vozes e algumas surpresas com o aquilatado humor fadista e anedótico dos irmãos Lagoa proporcionou à grande generalidade a alta vivência típica e profundo mergulho na Cultura regional Ribatejana.

Foi da exemplar organização e trabalho dos responsáveis pelo núcleo de Aveiras de Cima que proporcionaram a presença de alguns com os associados da região, alguns grandes defi-



Comida, bom-humor e, claro, o fado na noite ribatejana

cientes, do Lar Militar e do Anexo de Campolide, destacando-se destes a participação de alguns camaradas de origem africana que procuram a resolução definitiva do seu reconhecimento como deficientes ao serviço das forças

armadas portuguesas. A noite atrasada de São Martinho, queira-se ou não, é um momento importante onde a ADFA vê reunidos em são ambiente de alegria e camaradagem muitos dos seus associados. ● P.M.

Internamento no Lar Militar

ESTE ESCRITO vem a propósito de dois casos que ultimamente se passaram e que vêm, mais uma vez, trazer à evidência a desatenção com que algumas instâncias e instituições ainda encaram casos humanos graves, como são os de muitos deficientes militares.

Por intervenção do Serviço de Acção Social da ADFA, foi recentemente internado no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa o nosso associado Amadú Mané, um grande deficiente cuja família não dispõe de condições para o ter casa.

Posteriormente, foi recusado pelo mesmo Lar o internamento do nosso associado José Miguel Ramos, cuja deficiência é de natureza traumática, alegando não dispor de "condições de acompanhamento para doentes do foro psiquiátrico". Trata-se de um deficiente que nunca conseguiu a sua integração sócio-profissional, com a agravante de agora lhe faltar o apoio da família, por falecimento dos pais.

A Direcção Nacional deu conta do caso ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, afirmando não se conformar "com esta e outras recusas de internamento de deficientes militares num Lar que o esforço conjugado de várias entidades criou, no tempo da guerra, para esta exclusiva finalidade".

Como reacção a esta tomada de posição da ADFA, o Gabinete do Secretário de Estado da Defesa solicitou ao Presidente Nacional da Cruz Vermelha "os comentários tidos por convenientes" sobre a situação.

A faixa etária da maioria dos cidadãos que se deficientaram na Guerra Colonial ultrapassa os 50 anos e com o avançar da idade as deficiências vão-se agravando. É um dever da Nação, que estes homens serviram, proporcionar-lhes condições dignas de sobrevivência, acolhendo-os, quando necessário, em instituições vocacionadas para o efeito. Entendemos que o Lar Militar é a instituição assistencial que melhor pode proporcionar essas condições. Se não as possui, há que dotá-lo das mesmas e prepará-lo para o futuro, de modo a fazer face a todas as situações que irá enfrentar, infelizmente, cada vez com mais frequência. ●

Dia da Independência

A CONVITE da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a ADFA fez-se representar, através do Presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, nas cerimónias evocativas do 1º de Dezembro de 1640, data em que foi restaurada a independência de Portugal.

As comemorações da data histórica decorreram nos dias 29 e 30 de Novembro e 1 de Dezembro, culminando, neste último dia, com uma cerimónia solene no Palácio da Independência, presidida por Jorge Sampaio, Presidente da República. Neste acto público foi assinado o livro de honra da Sociedade Histórica pelo Chefe de Estado, Presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro, ministro da Defesa Nacional, chefes militares e outras entidades e organismos. Lavoura Lopes, da ADFA, procedeu igualmente à assinatura do livro de honra. Foi com grande honra que o fez, já que se tratou de um gesto de um duplo significado: corresponder ao honroso convite que lhe foi feito e marcar presença num espaço indissociavelmente ligado à ADFA e aos Deficientes das Forças Armadas, já que foi ali que a Associação nasceu e deu os principais passos, em 1974 e aí permaneceu, tendo o Palácio da Independência como Sede, durante quase vinte anos. ●

Informação em foco

DURANTE DOIS dias teve lugar um Encontro na Gulbenkian a propósito do Dia Nacional de Informação HELIOS, subordinado ao tema "Partilhar o Passado, Reflectir o Futuro". Foram dois dias que proporcionaram um balanço dos princípios fundamentais do 3º Programa de Acção Comunitário a favor das pessoas com deficiência, o HELIOS II (Handicapped People in the European Community Living Independently in an Open Society), no qual Portugal participou activamente.

O programa, com a duração de Janeiro de 93 a Dezembro de 96, destinou-se a desenvolver acções a nível nacional, regional e local, assegurando o intercâmbio das experiências e informação no sentido da igualdade de oportunidades e integração das pessoas com deficiência.

A participação no HELIOS foi um exemplo de que todos os recursos disponíveis têm que ser maximizados, e de que a participação nos programas comunitários têm assumido enorme importância no quadro da política nacional de reabilitação.

O HELIOS permitiu o debate alargado e o tratamento de modo transnacional de questões complexas, bem como a realização de uma avaliação nacional rigorosa e isenta.

No final do encontro, o balanço destes anos foi bastante positivo. Teve-se acesso a novos conhecimentos e houve troca de experiências. Constatou-se que os problemas de inserção são comuns a todos os Estados-membros, bem como a insuficiência dos recursos financeiros. Chegou-se ainda à conclusão de que a informação não circula eficazmente e que, acima de tudo, houve muito pouca participação das pessoas com deficiência, sendo elas apenas beneficiárias dos resultados.

Um dos aspectos mais importantes do HELIOS foi ele ter permitido criar, estabelecer ou reforçar os laços entre os vários intervenientes no processo reabilitativo, incluindo representantes dos vários departamentos oficiais, IPSS, ONG e parceiros sociais, numa dinâmica essencial para alargar o leque de respostas e melhorar a vertente qualitativa dos serviços prestados às pessoas com deficiência. ●

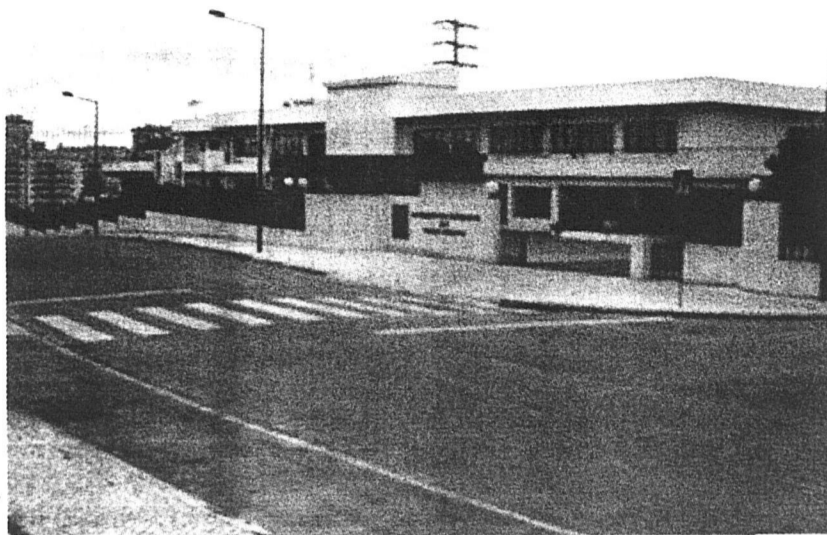
Demissão da direcção em debate

A reunião mensal de sócios realizou-se no dia 15 de Novembro às 20H30, na Sede e contou com a presença de cerca de 50 sócios.

Na mesa estavam o presidente e o 2º vice-presidente da DN, Lavouras Lopes e Catarino Salgado, que viriam a ser os principais protagonistas desta reunião, que praticamente só debateu a demissão de seis elementos da DN (todos os seus elementos excepto Lavouras Lopes) e as eleições que entretanto foram marcadas pela MAGN.

Catarino Salgado começou por informar que, depois da "decepcionante audiência" com o Secretário de Estado da Defesa Nacional (SEDN), houve alguns indícios de abertura por parte do Governo, pois sabia de "fonte segura", que o MDN tinha pedido o valor que acarretaria para o Estado o pagamento das pensões aos DFA de acordo com os escalões e também o custo das acumulações de pensões. Informou também que o Conselho Consultivo do MDN não tinha voltado a reunir pois os representantes dos três ramos das Forças Armadas tinham apresentado reservas ao facto de não haver um representante do CEMGFA naquele Conselho.

No período do debate os sócios mostraram-se preocupados com a actual situação da DN. Um dos associados disse que a resposta do SEDN não só fora decepcionante, mas também uma provocação à ADFA, pois as duas principais reivindicações não tinham sido contempladas uma vez que a questão dos deficientes "sem pensão" e "sem direito sequer a um comprimi-



Durante o debate na sede os sócios mostraram-se preocupados

do" foram remetidos para a Segurança Social e que o problema do Estatuto do Deficiente Militar também tinha sido negado pelo MDN.

Catarino Salgado respondeu a estas posições afirmando que devemos agir calma e ponderadamente.

O presidente da DN, Lavouras Lopes, interveio nesta altura e começou por dizer que contrariamente às reuniões da DN estes encontros com os sócios eram muito vivos e participados. Sobre o problema do pedido de demissão dos restantes membros da DN, acrescentou que a DN recuou perante a resposta do SEDN e tinha permitido ao "governo tomar conta das operações". Esse recuo manifestou-se no facto de não ter convocado de imediato uma AGN para se dar cumprimento ao aprovado na AGN de 13 de Abril, em que se dava seis

meses ao governo para legislar sobre esta matéria. Lavouras Lopes afirmou também que a sua liderança tinha vindo a ser posta em causa há muito tempo e citou um exemplo concreto.

Catarino Salgado contra-argumentou que a crise se tinha desencadeado em Maio com "o pedido de demissão do Lavouras" e com um outro em Julho. Desde aí o ambiente das reuniões da DN terá sido cada vez pior. Afirmou ainda que tudo isto "não tinha nada a ver com estratégias" mas sim com "problemas pessoais" e que nunca esteve em causa a convocação de uma AGN. Mostrou-se optimista e acrescentou que a ADFA sairia desta crise reforçada. Lembrou que agora estamos "todos cheios de pressa" em resolver todos os problemas que não foram solucio-

nados durante muitos anos.

Jorge Maurício, presidente da MAGN, a propósito de críticas que lhe foram dirigidas sobre falta de transparência no processo que a Mesa encetou para convocar uma Assembleia Eleitoral, nomeadamente para com os membros do Conselho Nacional, afirmou que tudo se desenrolou de acordo com o preceituado estatutariamente. Adiantou que ele, pessoalmente, desde Maio, tinha feito todos os esforços para conseguir harmonizar as posições de todos os elementos da DN e que, não o tendo conseguido, não teve dúvidas em convocar eleições. Disse ainda que a MAGN ainda tentou ultrapassar a situação numa reunião dos órgãos Sociais Nacionais mas que esta resultou infrutífera.

Na continuação da reunião, Lavouras Lopes endureceu as suas posições e afirmou que a partir de um certo momento as coisas começaram a evoluir com algum secretismo, com falta de diálogo, e que a reunião do CN surgiu em consequência da falta de transparência. Considerou "gravíssimo o facto do ELO de Outubro não noticiar nada sobre as razões da convocação de eleições intercalares, assim como a renúncia do cabeça da Lista Autónoma do Conselho Nacional, José Monteiro, factos que indiciam estarmos perante uma crise de grandes proporções. Catarino Salgado, em resposta, disse que não podia ter havido mais transparência do que aquela que houve e que a DN não interfere com a feita do ELO. ●

Armindo Roque

Conselho Nacional

Reunião extraordinária

Por requerimento de um grupo de oito membros do Conselho Nacional, este órgão da ADFA reuniu extraordinariamente no dia 30 de Novembro, tendo como ponto único da ordem de trabalhos a "análise, discussão e medidas a tomar sobre a actual situação interna a nível de órgãos nacionais, demissão da DN e suas implicações".

Após as formalidades iniciais, usaram da palavra o grupo requerente deste Conselho extraordinário, a Mesa da Assembleia Geral Nacional, a Direcção Nacional, o Conselho Fiscal Nacional e os conselheiros que se foram inscrevendo.

Em todas as intervenções as interações foram quase as mesmas, denotando a preocupação que ia no espírito de todos, e foi quase consensual que não houve rotura do projecto e o trabalho desenvolvido até agora pela DN tem sido exemplar, não podendo ser cortadas as expectativas criadas nos sócios. Também foi opinião generalizada que houve falta de informação e esclarecimento em todo este processo.

A meio da tarde chegou o Presiden-



te da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, que esteve a representar a Associação no "Parlamento dos Deficientes" que desde a manhã, decorria na Assembleia da República. Depois de se inteirar do andamento dos trabalhos, usou da palavra. Considerou que em certa altura houve interrupção a nível do projecto, que nunca notou divergências de fundo na DN que terá falhado por problemas de coordenação, que o problema interno de funcionamento da

ADFA não está resolvido e que a DN se embrenhou demasiado nos assuntos da área da Delegação de Lisboa que não existe.

Verificaram-se ainda mais algumas intervenções, tendo o conselheiro Patuleia, da DN, esclarecido que o trabalho de levantamento da Delegação de Lisboa está pronto. Considerou ainda que as dificuldades na DN foram de relacionamento pessoal e que não houve qualquer processo de intenções contra o La-

vouras, pois se isso existisse, tê-lo-iam deixado afastar-se quando ele se demitiu.

Todos os conselheiros admitiram que não se pode travar o processo eleitoral em marcha e que o CN não tem competência para, nesta situação, tomar medidas concretas para a resolução da crise. Para torner estas dificuldades, os conselheiros Anquises, Furtado e Baltasar apresentaram um requerimento solicitando a interrupção desta reunião do CN, passando-se, de imediato, a uma reunião de sócios com os elementos presentes. Esta pretensão foi aprovada por maioria, sendo retomados os trabalhos do CN pelas 20h00. Na sequência da reunião dos associados foi entregue à Mesa uma lista de assinaturas de associados que davam o seu aval para que fosse constituída uma lista de candidatos aos três órgãos a eleger com base na constituição dos órgãos em exercício, com os ajustamentos julgados necessários. E na ausência de mais intervenções, a Mesa deu por encerrada a reunião. ●

José Diniz

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Roberto Luis Arjona Santos

Sócio nº 5170
51 anos
Faleceu no dia
05/07/96



Residia em Santa Maria de Vais. Deixa viúva a Srª D. Isabel Pitucas Coelho Para dois filhos órfãos.

José Joaquim da Silva e Sousa

Sócio nº 8170
44 anos
Faleceu no dia
06/09/96



Residia em Panzeres/Gondomar

Maurício Manuel Santos Silva

Sócio nº 8607
45 anos
Faleceu no dia
04/11/96



Deixa viúva a Srª D. Maria da Silva Botelho Santos e dois filhos órfãos. Residia em Pa-delgada.

António Augusto Arantes

Sócio nº 3611
39 anos
Faleceu no dia
26/09/96



Residia em Vila Nova de Pa-delgada.

Deficientes discutem projectos na Assembleia da República

Do Senado para o Plenário

Nuno Crespo

Pretendem acabar com a discriminação de que são vítimas. Três dias antes das comemorações do Dia Internacional do Deficiente juntaram-se para falar das dificuldades vividas, designadamente das barreiras físicas, sociais e políticas que têm de enfrentar. E, sobretudo, avançaram com soluções.



FARINHO LOPES

Os trabalhos dividiram-se em duas sessões para o debate ser mais fácil

A Sala do Senado, na Assembleia da República, acolheu dia 30 de Novembro um acontecimento pouco habitual: as cadeiras foram ocupadas por pessoas que raramente sobem as escadas do Palácio de São Bento. Oportunidade única para, mesmo que por pouco tempo, terem o "poder legislativo" nas mãos.

O motivo era o 2º Parlamento Nacional de Deficientes que, organizado pela Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), teve por objectivo o debate e votação de

nove projectos de lei relacionados com os deficientes. Apresentados pela CNOD, os diplomas pretendem ser, na opinião dos deficientes, um ponto de partida para a Lei Orgânica que se encontra em preparação pelo Governo.

Além de 140 "deputados", em representação de 38 associações de deficientes, incluindo a ADFA, representada pelo presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, a iniciativa contou ainda com a presença (e as palavras) do deputado Mota Amaral, em substituição do presidente da As-

sembleia da República; de António Dornelas, representando o Presidente da República; de Vitorino Vieira Dias, em representação do primeiro-ministro e do Secretariado Nacional de Reabilitação e da representante da Câmara de Lisboa, Sara Amâncio.

Na Sala do Senado, os "deputados" dispuseram-se em bancadas, de acordo com as associações que representavam. Faltava apenas gente nas galerias para se estar diante de um "verdadeiro Parlamento".

Na intervenção feita no início da

sessão, ainda antes dos discursos de abertura, o vice-presidente da CNOD, Amândio Bastos, fez questão em sublinhar que, "após um ano de governo do Partido Socialista, muito pouco se fez para resolver os problemas essenciais dos cidadãos com deficiência", não bastando, pois, "mais uma nova Lei Orgânica, ou um novo tipo de Secretariado Nacional de Reabilitação, para que os problemas dos deficientes sejam resolvidos".

De referir que a grande diferença desta sessão parlamentar consistiu no facto de "pessoas comuns" terem vestido a pele de "verdadeiros deputados", discutindo, debatendo e "aprova-do" matérias que lhes dizem respeito.

Estas iniciativas são importantes pois, como sublinhou Lavouras Lopes "obrigam" a sociedade a reflectir sobre temas habitualmente esquecidos.

"Não é um Parlamento a sério, mas seria bom que as suas resoluções o fossem" - afirmou o presidente da Direcção Nacional da ADFA, realçando o facto da deficiência não estar "na pessoa, mas nas barreiras que lhe são levantadas", sendo, por isso mesmo, "necessário proceder a alterações culturais", visando a alteração da situação.

A primeira sessão foi preenchida com a discussão dos projectos lei relativos à Sensibilização e Censo Nacional de Deficientes (entre nós, apenas

existem dados da Organização Mundial de Saúde, que apontam para cerca de um milhão); eliminação de barreiras físicas (a Assembleia da República é um bom exemplo dessas barreiras, quando não dispõe de acessos para pessoas com deficiências motoras); criação de legislação sobre transportes e outras barreiras que condicionam a mobilidade dos deficientes. Foram ainda discutidos os projectos referentes à consagração da CNOD como parceiro social e membro do Conselho Económico e Social, bem como a revisão da Tabela Nacional de Incapacidades em relação aos coeficientes e cálculos actualmente utilizados.

Na segunda parte dos trabalhos, para além de temas relacionados com a necessidade de sensibilizar os empregadores (públicos e privados) visando a criação de uma quota de emprego, e do direito do deficiente à educação, cultura e reabilitação, discutiu-se ainda a importância da saúde e das novas tecnologias. O debate final teve por tema central o crédito de horas aos dirigentes das associações de e para deficientes.

Refira-se, a propósito, que todos os documentos foram aprovados pelas associações presentes, ainda que com as (pequenas) alterações sugeridas durante o debate. De acrescentar ainda que, no final, era bem patente o desejo de que esta segunda edição parlamentar pudesse, de algum modo, contribuir para atenuar a discriminação da pessoa com deficiência. Basta para tanto que os "deputados a sério" tenham em atenção estas conclusões. ●

venda de automóveis

VOLKSWAGEN E AUDI			SEAT			PUNTO			MEGANE		
MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.
Gama Polos			Seat Ibiza Comercial			Punto 55 S 5P	1.308.391.00	1.900.001.00	Megane Scenic		
Polo Fox 1.0 4P	1.454.686.00	1.953.737.00	1.1 el Comercial	1.336.504.00	1.620.000.00	Punto 75 SX HSD 3P	1.741.901.00	2.503.000.00	Megane 1.4	2.250.564.00	3.375.000.00
Polo GL 1.0 4P	1.693.006.00	2.232.572.00	1.9 D Latino	1.765.987.00	2.416.550.00	Punto 75 HSD 5P	1.797.457.00	2.568.001.00	Megane 1.9 TD	2.853.025.00	5.087.000.00
Polo 3 Volumes 1.4	1.903.295.00	2.896.142.00	1.9 TD Crono JLL	2.006.158.00	2.697.550.00	Punto ELX TDS 3P	1.738.078.00	3.265.000.00	Viaturas Equipadas com Caixa Automática		
Polo 3 Volumes 1.9 D	2.227.277.00	4.430.056.00	1.9 TD Crono JLL+ AC	2.179.142.00	2.899.998.00	Bravo 1.45 3P	1.791.983.00	2.772.001.00	Clio RT 5P	1.975.630.00	3.003.800.00
Gama Golf			Seat Ibiza 3 Portas			Bravo 1.6 SX 3P	2.156.329.00	3.556.000.00	Megane RT 1.6 Gasolina	2.725.497.00	4.246.496.00
Golf CL 1.4 2P	1.916.506.00	2.911.599.00	1.0 SXE DA	1.571.150.00	2.090.000.00	Brava 1.45 5P	1.855.231.00	2.846.001.00	OPEL		
Golf CLD 1.9 4P	2.030.018.00	4.123.213.00	1.4 Crono DA+JL	1.641.635.00	2.590.000.00	Brava 1.9 Ds S 5P	1.996.318.00	4.230.001.00	Modelo	P.Base	P.V.P.
Golf GL TDI 1.9 4P	2.964.788.00	5.216.892.00	1.9 D SE	1.657.932.00	3.687.873.00	Brava 1.9 TDS ELX 5P	2.501.578.00	4.760.000.00	Eco 1.2 5P	1.262.071.00	1.921.360.00
Golf TDI 4P Autom.	3.190.585.00	5.481.077.00	1.9 TD SXE	1.916.160.00	3.990.000.00	Marea 1.4 SX	2.150.102.00	3.191.000.00	Eco 1.2 3P	1.205.661.00	1.855.360.00
Golf VAR Movie 1.4	2.341.716.00	3.409.095.00	Seat Ibiza 5 Portas			Marea 1.6 ELX	2.613.594.00	4.091.000.00	Swing 1.2 5P	1.504.806.00	2.205.960.00
Golf VAR CLD 1.9	2.217.573.00	4.342.611.00	1.4 Crono DA+JLL	1.710.011.00	2.670.000.00	Marea 1.9 TDS ELX	2.672.518.00	4.960.000.00	Eco 1.4 5P	1.352.486.00	2.303.360.00
Golf VAR Movie TDI 1.9	2.885.217.00	5.123.796.00	1.9 D SE	1.734.855.00	3.777.873.00	Marea Weekend 1.6 ELX	2.741.799.00	4.241.000.00	Eco 1.5 TD 5P	1.674.847.00	2.527.360.00
Golf VAR TDI 1.9 Special	3.581.165.00	5.938.055.00	1.9 TD SXE	1.994.563.00	4.081.699.00	(Caixa Automática)	2.741.799.00	4.241.000.00	Swing 1.4 5P	1.543.939.00	2.848.360.00
Gama Vento			Inca 2 Lugares			Marea Weekend			Astra		
Vento CL 1.4	2.086.515.00	3.110.509.00	1.9 D Van	1.632.184.00	2.260.000.00	1.9 TDS ELX	2.800.723.00	5.110.000.00	Rio 1.4 16V 4P	2.184.110.00	3.276.360.00
Vento CLD 1.9	2.155.308.00	4.269.803.00	1.9 D Van VE+FC	1.700.560.00	2.340.000.00	Croma 1.9 TDI S	3.317.685.00	5.776.000.00	Sport 1.4 16V	2.326.845.00	3.443.360.00
Vento GL TDI 1.9	3.089.797.00	5.363.155.00	Cordoba			RENAULT			Rio 1.7 TD	2.525.552.00	4.179.361.00
Gama Passat			1.4 Silhouette DA	1.777.533.00	2.749.000.00	MODELO	P.BASE	P.V.P.	Sport 1.7 TD 5P	2.852.047.00	4.561.360.00
Passat B5 1.9 TDI			1.9 GTD AC	2.522.998.00	4.700.000.00	Twingo	1.239.439.00	1.927.000.00	Rio Car 1.4 16V	2.305.477.00	3.418.360.00
C.Top EC	4.005.787.01	6.434.863.00	1.6 SX AC	2.301.855.00	3.710.000.00	Twingo Pack	1.312.089.00	2.012.000.00	Rio Car 1.7 TD	2.646.919.00	4.321.360.00
Passat B5 1.9 TDI			Alhambra			Clio RL 1.2 3P	1.290.156.00	1.922.000.00	Sport Caravan 1.7 TD	2.973.415.00	4.703.360.00
Confortline Top	3.776.439.00	6.166.525.00	1.9 TDI SE AC+2AB+AL	4.191.961.00	5.167.000.00	Clio RTI 1.4 3P	1.627.084.00	2.627.000.00	Vectra		
Passat B5 1.9 TDI			1.9 TDI SXE Climatic			Clio RL 1.2 5P	1.354.258.00	1.997.000.00	Vectra 1.6 16V 4P	2.654.773.00	4.181.360.00
Confortline	3.284.782.00	5.591.287.00	2AB+AL+JLL+TAE+ABS	4.686.833.00	5.746.000.00	Clio RN 1.2 5P	1.495.284.00	2.162.000.00	CD 1.7 DT 4P	3.092.218.00	4.842.360.00
Passat VAR CL TDI 1.9	3.215.059.00	5.509.711.00	Toledo			Clio RN 1.4 5P	1.669.819.00	2.677.000.00	Tigra		
Passat VAR GL TDI 1.9	3.765.286.00	6.153.476.00	1.6 SE	1.934.334.00	3.280.000.00	Clio Bacará 1.4 5P	2.451.870.00	3592.000.00	Tigra 1.4 16V	2.096.076.00	3.173.361.00
Passat TDI VAR Automát.	3.964.931.00	6.387.061.00	1.9 TDI Marina			Megane			Tigra 1.6V	2.510.329.00	3.661.361.00
Gama Audi			AB2+ABS+TAE	3.505.904.00	5.850.000.00	Megane RL 1.4	1.874.495.00	2.935.000.00	Automáticos		
Audi A4 1.9 Confort	3.834.963.00	6.235.000.00	FIAT			Megane RN 1.4	2.045.436.00	3.135.000.00	Corsa Swing 1.4 Autom. 5P	1.780.345.00	2.718.159.00
Audi A4 1.9 TDI Plus	4.399.067.00	6.895.000.00	MODELO	P.B	P.V.P	Megane RT 1.4	2.227.487.00	3.348.000.00	Tigra 1.4 Automático	2.465.106.00	3.519.160.00
Audi A4 1.9 EC TDI Plus	4.608.468.00	7.140.000.00	Cinquecento S	1.068.790.00	1.511.000.00	Megane RT dT	2.502.598.00	4.677.000.00	Astra 1.4 Automático	2.420.516.00	3.467.159.00
Audi A4 1.9 TDI Sport	4.800.776.00	7.365.000.00	Cinquecento Sport.	1.210.100.00	1.785.000.00	Megane Classic			Astra Carv 1.4 Automático	2.541.883.00	3.609.159.00
Audi A4 1.9 Tdi Avant	5.031.545.00	7.635.000.00	Panda 899 CLX	1.80.756.00	1.525.001.00	Megane RN 1.4	2.088.171.00	3.185.000.00	Vectra 1.6 Automático	2.891.117.00	4.372.097.00
Audi A6 1.9 TDI	4.971.716.00	7.565.000.00	Punto 55 S 3P	1.252.835.00	1.835.000.00	Megane RN 1.6	2.179.941.00	3.645.000.00			
						Megane RT 1.9 dT	2.584.649.00	4.773.000.00			

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (quer fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas. Estas informações/vendas, são tratadas através do sr. Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 13h00 e das 14h30 às 19h00 pelos telefones: 7570502; 7570422, 7570583, e das 20h00 às 22h00 para o telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01) Dispomos também de algumas viaturas usadas para venda em muito bom estado.

CONSULTE-OS ANTES DE DECIDIR

Muitas das cartas que chegam à redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura.

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito. Mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Direito a reformas antecipadas

Fomos obrigados a deixar os empregos que tínhamos no Estado para ir cumprir o serviço militar obrigatório.

Ainda por cima tivemos por imposição de ir para a guerra colonial.

Por que motivo é que pelo menos o serviço que prestámos como civil no Estado não conta para efeitos de aposentação? Isto é vergonhoso, inconstitucional e desumano para o nosso caso de DFA.

Será que a ADFA não tem meios de pelo menos alcançar esta resolução com muito menor dificuldade e objectividade, apontando para o efeito e concretamente a contagem desse mesmo tempo que já foi liquidado e a passagem desses mesmos DFA com mais de 25 anos de serviço à reforma antecipada?

Pensamos que não será difícil.

No entanto há que apresentar agora e de imediato uma situação que se vem arrastando há bastante tempo.

Os nossos respeitosos cumprimentos à Direcção da ADFA.

PS — Tem havido, como sabem, e muito, ultimamente, desinteresse da maior parte dos DFA, pelo seguinte motivo: já não se fala nos DFA/campanha, mas sim nos acidentados em serviço. Ora isto assim não se vai a lado nenhum, pois ao governo neste caso até lhe interessa, visto não se abordar o tema, principal e depois, sim, partir-se para a luta daqueles que embora não tenham sido feridos em combate, ficaram deficientes ao serviço das Forças Armadas e têm também direito de ser indemnizados.

Um grupo de associados da zona de Lisboa

Reivindicação para todos

Sou mais um dos que tenho de me revoltar com a forma que a ADFA tem defendido os interesses dos pensionistas ou reformados dos militares que contraíram doenças ou tiveram acidentes em serviço, no pós 25 de Abril.

Tenho 36 anos, há 7 anos que sou pensionista com 26.000\$00, somos três pessoas em minha casa, um pensionista como eu só serve para pagar quotas (no meu caso deixei de pagar), para os senhores ministros, para continuarem a pedir aumentos e regalias para eles, e nós? Quais os direitos e regalias que temos? O que fez a ADFA pelos deficientes como eu que contraí a doença nos Açores e a que nada temos direito ao I.A. não temos direito a um emprego estável.

Se a ADFA só serve para reivindicar para uns e para os outros para pagarem quotas.

Espero que publiquem esta minha carta.

Eugénio Vicente

Natal

Recordações da minha Lisboa – I

A tarde era triste, cinzenta como todas as tardes de Inverno.

A chuva caía regularmente, e o vento fazia abanar lentamente os arbustos dos pequenos jardins que ainda conseguia vislumbrar.

Para mim chamo-lhe egoistamente o tempo de Inferno. Detestava esta estação que me deixava mal disposto, enregelado, completamente encolhido debaixo da minha gabardina. O cachecol que envolvia o meu pescoço estava completamente molhado.

Os meus sapatos de bom calf estavam perfeitamente destruídos, e os meus pés pareciam pequenos peixes dentro de um aquário, e finalmente, como uma desgraça

nunca vem só, a ventania achou por bem dar-me cabo por completo do guarda-chuva.

De forma que a única solução era marchar heroicamente por aquela Avenida praticamente deserta, onde três ou quatro cães indiferentes à chuva que caía, vasculhavam os caixotes ainda meio cheios dos almoços do meio-dia.

19 horas da tarde, e até parecia a noite do desassossego, pensei eu com os meus botões.

Da Avenida Fontes Pereira de Melo à Avenida António Augusto de Aguiar, ainda eram bem dois quilómetros e meio, penosamente a caminhar

Os meus pensamentos desligavam abrupta e velozmente para a minha casa, acolhedora e aquecida. Àquela hora que já não era a minha.

Se a noite de Natal se aproximava, o meu lar parecia estar ainda a quilómetros de distância.

O meu carro, um "Carocha", quando lhe toquei, pareceu-me que me tratou mal. E lá voltei eu a bater-lhe no capot com os nós dos dedos.

Brum, Brum, infelizmente não era a minha viatura, eram os meus queixos que batiam de frio e o estupor do carro não havia meio de avançar. Desiludido mas...

No Marquês de Pombal, vim a encontrar três mendigos a quem eu pedi que me ajudassem.

Desgraçados que eram, caminhavam a tremer de frio para a minha viatura.

Bom, era ainda cedo e andávamos os quatro à volta do carro. Até que verificamos que era um problema interno. Quem adivinhava que estes três homens iriam reparar o carro, não beliscando nem sequer a sua capota?

Finalmente, a viatura ficou em condições.

Esta véspera de Natal era para mim feliz e ao mesmo tempo diabólica, eram com os seus aparatos de novidade.

Após alguma discussão, consegui convencer os mendigos a seguirem até minha casa.

21 horas da noite. A minha mãe estava estarecida com a hora a que tinha chegado e com a presença de três pessoas estranhas, muito coladas ao presépio. De repente olhei os três homens e pensei que estava a sonhar, tinham uma estrela brilhante por cima das suas cabeças e todo o presépio estava colorido.

Presentes que brilhavam e eu não sabia de onde vinham.

Ao ceiar ainda me interrogava se era possível. Intimamente, agradecia o que me acontecera, mas a sonhar com tantas interrogações ou verdades, sentia-me na eterna dúvida.

Como dizia o provérbio, tristezas não pagam dívidas. Os três mendigos foram-se embora, e na escuridão da noite encontrei um quase brinquedo.

Um carro novo de viva cor, que marchava como nenhum.

Mário Villa-Lobos
Sócio n.º 357

Dia de Reis

Recordações da minha Lisboa – II

Ainda os presentes tinham acabado de cair dos ramos da árvore de Natal e nessa altura estavam alegres e risinhos pelo dia de Festa dos Reis, competindo com a de Natal, ao mesmo tempo, com o dualismo do tempo de amor e da Paz. Foi o seu tempo secreto.

Longe da vida e perto de todos juntei-me ao impossível, encasacado, de boné, cachecol e luvas, naquele palácio, onde me senti deslocado com o ambiente que me rodeava. Perdidos numa festividade que devia ser de todos, reparava, tímido, nas senhoras de grandes vestidos coloridos, brincos, naturalmente a condizer e colares de origem, que se saracoteavam junto dos senhores com cha-

rutos, fraques e monóculos.

Interroguei-me de novo o que estava ali a fazer entrar no palácio senti-me pequenino e na realidade locado, perguntando-me o que fazia no meio da multidão condecorada e com a importância das grandes posturas.

A importância das pessoas, passou por cima de mim onde me deixaram ficar sozinho a olhar o vazio.

Bonito de se ver e sentir ao apreciar todas as belezas imperiais plenas de recordações. Para mim, este foi só um momento histórico. Percorrendo todo o palácio senti que já nada me restava para observar. Apressado me, então para me ir embora, com um gelo tremendo no corpo e com uma insatisfação, algo triste.

De repente, senti uns passos ligeiros bem atrás de mim e um sujeito, bem pequenino, enfarpelado de bengala de apoio, seguia-me de perto. Assustou-me o andar e os seus gestos quase mecânicos. Começou a rir, entretanto, e falou-me pacificamente, enquanto eu, surpreendido, atendia esta forma de ser a uma presença e a uma palavra.

História linda de dentro do pequeno presépio, pequeno homem de ontem e de hoje, contava histórias encantadas, de ontem e de hoje, vivendo as vidas que lhe eram a encantar e tornar-se grandes.

Assim, foi, a criação do Maná que cresceu com a existência do Homem.

Se ao meu lado as pessoas comiam Bolo Rei e bebidas champanhe, deslizavam-se, entretanto no seu secreto e falavam superficialmente, apagando, de novo, tudo que se dizia.

Dia de Reis. Talvez um dia para esquecer na lembrança de todos nós.

Luzes apagadas. Senti-me só e ao mesmo tempo, próximo de reizinhos e condess.

Falando das situações da procura tradicional, era o nome com que ainda hoje me interrogo. Onde está a verdade e a verdade?

Quais são as consequências da procura de tudo aquilo que nos vão afectar? Qual a distância entre a mesma realidade e a verdade? Será um tema que há-de surgir ou um sonho que havemos de encontrar na nossa mesa.

Ao fim e ao cabo, foi um dia para esquecer de tudo mas gostaria, se me permitirem, ainda avançar, que os grandes senhores encaixados no caixão da morte da vida subtil e de subterfúgios que não são, o Dia de Reis, envergonhado.

A sonhar levei o pequeno homem para muito longe para onde ninguém pudesse interferir numa conversa onde só nós pudéssemos analisar e definir o futuro. Foi este o porquê da vida, onde as árvores e as flores deixavam um rasto de perfume e cheiro belo, onde falámos de tudo, do que pretendíamos e do que queríamos ser no futuro.

Se a minha casa não era aquele local, todavia era um espaço aberto, com árvores, grandes pedras que nos rodeavam, onde os lagos palpitavam nos seus cisnes e o silêncio que nos rodeava exigia continuar a discussão da existência.

Sonho bonito que não consigo encontrar em qualquer lugar fora da minha mente. Noite de Reis. Onde está para onde foram? Deixámos este recanto do jardim, onde se falou do que somos, mas fundamentalmente sobre a Obra da Construção.

Caminhámos para minha casa, mas de repente o espaço para o lado e o homenzinho de pequena altura, tinha desaparecido.

Depois, passo a passo e com uma tristeza que me abraçava o coração, dirigi-me para casa onde passei a noite de lembranças e onde guardei muita tristeza.

Mário Villa-Lobos
Sócio n.º 357

Os Demissionários

É giro e sobretudo dá prestígio ser director de uma organização como a ADFA. Primeiro porque é uma associação conceituada na opinião pública; segundo porque tem quinze mil sócios e depois porque dá algum protagonismo mediático. E nós, os portugueses, pelamo-nos por aparecer na televisão ou ser badalados nas Rádios e Jornais.

Ser director da ADFA não é, portanto, nenhum sacrifício, mas, antes pelo contrário, uma honra que tem de ser, deve ser merecida. As funções de direcção devem ser exercidas pelos que se sentem mais capazes de

depois dessa capacidade lhes ser reconhecida pelos restantes sócios em eleições.

É porque se é giro e dá prestígio ser director da ADFA, já não é tão giro ter de reivindicar direitos, defender interesses dos sócios e lutar para criar legislação para aqueles que não estão abrangidos por nenhuma. E não é giro porque dá trabalho e é preciso coragem moral e física para bater o pé junto das altas instâncias do poder do Estado, sempre renitentes a conceder direitos, desde que estes envolvam despesas para a Fazenda Pública, principalmente quando os reivindicando apenas têm como arma a sua força moral.

É, de um modo geral, essa coragem que tem faltado às direcções nos últimos anos. Em vez de baterem o pé e fazer uso e se preciso for abuso dessa "força justa das vítimas de uma guerra injusta", optaram por adoptar o sistema do chapéu na mão, em sentido (o respeitinho é muito bonito), como quem pede esmola. Os governos tratam-nos em conformidade e aos nossos apelos respondem com o tal "Tenham paciência, mas não temos trocados".

Desde os idos de 76 tem sido sempre a descer e mesmo direitos perfeitamente consagrados pelo 43/76, têm vindo a ser escamoteados. O caos dos escalões é um bom exemplo.

Só para enumerar alguns direitos adquiridos que foram por água abaixo; baixou a cilindrada para adquirir automóvel; baixou o escalão do IRS; acabou a norma dos 100% de desconto nas farmácias; torce-se o nariz à pretensão de novas próteses e nos hospitais militares tratam os DFA por

cima do ombro, principalmente se for soldado, sargento ou oficial miliciano. A isto junta-se o miserável estado em que se encontram os Deficientes em Serviço e aqueles que nem sequer em serviço são considerados. E depois admiram-se que estes exprimam a sua revolta nas páginas do Elo contra o que chamam de "deficientes ricos".

Com tanta coisa para fazer, é pois muito triste assistir a lutazinhas pelo poder, a zangas de comadres e compadres, a espertezas saloias que por serem saloias não resistem a uma análise mesmo

que superficial de qualquer atento observador, que ultimamente se têm verificado, pois são pelo menos estranhas estas tomadas de posição do fico mas não fico, do demito-me mas já não me demito, do se ele ficar nós não ficamos, que mais parece uma birrinha de alunos de escola primária.

Cada um é livre de se zangar ou fazer as pazes com quem muito bem entender, demitir-se ou mesmo apanhar o avião e ir de férias para a Patagónia, mas por favor não

venham depois contar histórias para nos adormecer.

As funções de director da ADFA, não devem ser exercidas por diletantes, mas por pessoas que queiram realmente trabalhar e não se demitam ao primeiro sintoma de tempestade.

Termino com um apelo aos agora demissionários:

Por favor, não se candidatem às próximas eleições! Pode ser legal, mas é feio. Não façam esse sacrifício por mim. Eu não preciso dele e a ADFA certamente também não...

PS — Parece que os chamados capitães-coroneis, vão conseguir criar legislação só para eles. Se assim for, a injustiça continua, pois continuará a haver Capitães-coroneis, Sargentos-Sargentos-Mor e Soldados-2º Sargentos.

Se assim for, a Direcção da ADFA é responsável, pois não soube ou não quis em tempo oportuno tomar a seu cargo a resolução deste problema. E assim passa a haver não duas mas quatro classes de Deficientes das Forças Armadas.

Carmo Vicente

António Gedeão é o pseudónimo do poeta e historiador Rómulo de Carvalho nascido em Lisboa em 24 de Novembro de 1906.

Licenciou-se em Ciências Físico-Químicas no Porto e dedicou-se ao ensino liceal.

Publicou estudos versando temas científicos, história da ciência e de instituições culturais, como o consagrado à "História da Fundação do Colégio Real das Artes de Lisboa em 1959. O Poeta surgiu com o "Movimento Perpétuo" também em 1959.

Reuniu toda a sua obra poética em poesias completas em 1968.

António Gedeão é um caso muito raro na nossa poesia.

Que me conste, ninguém como ele levou a ironia e o rigor científico aos moldes clássicos, dotando-os de frescura e certo sentido cósmico.

Sá Flores

Lágrima de Preta

Encontrei uma preta
que estava a chorar
pedi-lhe uma lágrima
para a analisar.

Recolhi a lágrima
com todo o cuidado
num tubo de ensaio
bem esterilizado.

Olhei-a de um lado,
do outro e de frente:
tinha um ar de gota
muito transparente.

Mandei vir os ácidos,
as bases e os sais,
as drogas usadas
em casos que tais.

Ensaiei a frio,
experimentei ao lume,
de todas as vezes
deu-me o costume:

nem sinais de negro,
nem vestígios de ódio.
Água (quase tudo)
e cloreto de sódio.

António Gedeão

ELO

há 22 anos

Na Hora da Reabilitação

OS HOSPITAIS, cada vez estão mais cheios de deficientes das guerras coloniais, tornavam-se escassos e pouco amplos para albergar todos aqueles que tomavam por Terra Africanas e sobretudo os serviços especializados careciam do respectivo material adequado e completo para o tratamento eficaz dos atingidos.

Dentro desses mesmos hospitais não existiam, como ainda não existem, serviços sociais destinados a auxiliar os doentes na resolução de diversos problemas, tais como: conflitos domésticos susceptíveis de prejudicar a convalescença do deficiente; preocupações acerca dos cuidados necessários durante o período de recuperação; Dificuldades na obtenção de emprego após a alta do hospital.

Quando os serviços médicos entendiam que o deficiente estava curado, este era simplesmente desalojado do hospital sem a menor protecção na vida nova que então teria de enfrentar. Se arranjava emprego, tudo corria normalmente, mas se isso não acontecia, então o deficiente teria que esmolar junto dos seus familiares.

Neste lamentável conceito de tratamento hospitalar, decorreram cerca de 14 anos, mais concretamente até ao nosso 25 de Abril.

Pelas razões atrás expostas e por outras que mais à frente se inunciarão, entendemos que a partir do 25 de Abril, nós, os deficientes, não deveríamos estar sós, nem separados, nem abandonados, nem considerados inúteis. A partir de então, nada nos impede de agir na defesa dos nossos próprios interesses que tanto influenciavam a nossa capacidade de trabalhar e conviver. A Associação tem uma palavra importante a levar junto não só dos deficientes como também da própria sociedade, uma vez que a vida social é necessidade humana. Na verdade, o homem tem muitas necessidades de ordem física, intelectual e moral, que não podem ser satisfeitas senão na sociedade e por meio dela. O público, deve ser esclarecido no sentido de um melhor conhecimento dos defeitos físicos ou mentais dos deficientes, o que concorrerá para ajudar a sua reabilitação. O deficiente necessita do apoio da sociedade que deve compreender que não

existe qualquer estigma associado à deficiência. Ainda que a Associação se empenhe em toda a sua boa vontade para um verdadeiro aperfeiçoamento dos Deficientes das Forças Armadas, esse aperfeiçoamento não será completo se for desagrado da Sociedade de que faz parte. A Sociedade exerce tão grande influência na vida psíquica individual que se pode afirmar que os fenómenos psíquicos do indivíduo são, em grande parte, fruto do factor social. Por isso, as ideias nascidas no deficiente durante a sua reabilitação, têm que ter a efectividade do seu semelhante, caso contrário serão frios e mortos.

Reabilitar o deficiente no sector intelectual e profissional é um constante pensamento da nossa Associação, e para isso a reabilitação profissional é urgente. Toda a orientação de profissionalismo que se possa dar consiste em indicar aos Deficientes a profissão que melhor se adapte às suas aptidões de forma a valorizar as suas capacidades residuais e a torná-las social e profissionalmente úteis à colectividade. Sabemos que a ocupação tende a conferir à vida uma perspectiva positiva e contribui para eliminar os efeitos psicológicos derivados de uma doença prolongada ou de outra alteração. Se os deficientes apresentam insuficiências graves, a actividade será simples e elementar, mas outros haverá que podem dedicar-se à pintura, cerâmica, escultura, carpintaria, tecelagem, dactilografia ou qualquer outra actividade que os interessa-se. É necessário criar o Bem-Estar físico, o ambiente, as pequenas satisfações do dia a dia. Aprender a apreciar a companhia de nós próprios e a camaradagem das pessoas que realmente estimamos. É necessário, repito, que a nossa Associação contribua totalmente para que o deficiente se conheça cada vez melhor, conheça as suas possibilidades, as suas energias, os seus sentimentos, a luz da inteligência, a força da sua vontade numa palavra, toda a actividade espiritual para marcar bem o seu lugar na escala da sociedade, saber quais são as suas possibilidades, para assim poder aperfeiçoar-se com vista a tornar-se o que deve ser. *ELO n.º1-22/11/75*



A verdadeira história do Carinhas

Baptista Bastos

Vitor Carinhas saiu um dia de casa para comprar cigarros. Nunca mais regressou. Não; não é bem assim: voltou, uma data de anos depois, estava cheio de rugas e de susto, um velho sem lar nem laró. Tocou no batente da casa que abandonara. A mulher, Eulália, era uma chata, que aproveitava todos os momentos para transformar o mais ligeiro berbicacho num conflito aberto.

Era chata mas era um mulherão. Tudo o que assumia ser homem lá na rua deitava-lhe um olho voraz. Ela gostava que os homens devorassem com os olhos as suas ancas formidáveis, as suas coxas parideiras, o pernao solto, os seios grandes e bons, a boca fresca, o rosto atiradico. Um mulherão, se assim me faça entender.

Como piada, dizia-se que o Vitor Carinhas não tinha pé para aquele pedal. Mas a Eulália provava o contrário: volta não volta ficava grávida, e andava sempre com ar alegre. Mas chateava o Vitor de alto a baixo. O Vitor foi e voltou. Quando voltou e tocou no batente, a Eulália estava velha e seca, e vivia com outro homem, o Herculano Tritão, havia uma porradaria de anos.

Não ficou nem espantada nem embaraçada. Secamente, disse ao regressado:

— Eu sabia que voltarias. E sabia que voltarias com uma mão atrás e outra à frente. Entra que se faz tarde.

Tímido e acobrunhado, o Carinhas entrou logo. E logo se irritou: na parede da frente estava, exposto como uma provocação, um azulejo com os símbolos emblemáticos do F.C. do Porto, e ele, Vitor Carinhas, era um sportingista ferrenho, tão, tão e tão, que ainda conservava na carteira uma imagem, recortada do jornal "A Bola", de Santana Lopes, em pose de democrata pensativo.

— Mas que gaita é esta?, perguntou, num assomo de energia de outros tempos. E apontou, fulo, para o azulejo.

Eulália empertigou-se:

— É a única coisa que te interessa. Estás-te marimbando para o destino dos teus seis filhos, para o facto de eu ter outro homem, que, por acaso, foi um macho de alto lá com o charuto, agora ele já está um pouco velho, mas ainda sabe manobrar as coisas... É a única coisa que te importa, grande traste!

— Bom, está bem... Não tens nada que se beba?

— Nada. A bebida tira a potência, foi isso que o Herculano me ensinou, e agora, que já é muito tarde, é que percebo muitas coisas daquelas que entre nós aconteceram, quando tu vinhas com uns copos a mais no bucho, grande traste velho!

A Eulália arranjara homem, neste caso o Herculano Tritão, quando entendeu que o Carinhas lhe passara as palhetas, anos volvidos sobre a data do abandono compulsivo. Tritão era do Norte, mais propriamente de Esposende, marítimo e ferrenho do F.C. do Porto. Nunca andou por mares antigos e ruins sem consigo levar o azulejo do clube do seu coração. O azulejo funcionava como um amuleto, um talismã que o defendeu sempre de tempestades e de doenças venéreas.

Herculano Tritão, sobre ser de Esposende, sobre ser adepto do F.C. do Porto, e sobre ter um feitiço maligno, era grande praticante de mulheres. Melhor do que mulher, para ele, apenas e só mulher. Nos intervalos, o F.C. do Porto. Fanático e frenético. Quanto aos filhos do Carinhas, que este nunca mais vira nem dos seus percursos tomara conhecimento, soube assim, tudo pela boca da Eulália: três haviam morrido, com curtos intervalos uns dos outros; um quarto estava na Noruega, outro na África do Sul, o último no Brasil, onde actuava num espectáculo de travestis e se declarara homossexual puríssimo, quer-se dizer: nunca se pusera em mulher.

O Carinhas ficou muito chateado ao saber que esse filho dera naquilo. Mas o que mais o apouquentara, numa aflição gelada e trágica, era aquele azulejo, dependurado na parede da casa que outrora fora a sua casa, e agora já não era a sua casa, nem aquela a sua mulher.

Entretanto, a Eulália ia dizendo que o Herculano não tardaria, e que seria muito agradável estarem todos a conversar, à volta da mesa, comendo-se umas sardinhas assadas e bebendo-se um vinho daqueles que ainda há no Cartaxo. E foi a propósito do Cartaxo que Vitor Carinhas revelou um pouco do seu obscuro passado e os sítios por onde andara. Em Hamburgo, apanhara uma bebedeira monstruosa com um tal Sezinando, homem do Cartaxo, que, em casa possuía vinho do dito Cartaxo. E Cartaxo era, igualmente, uma pequena cidade no interior da antiga Pérsia, por sinal uma terra de abstémios, coisas estranhas que certas religiões exigem como práticas de exorcismo do demónio. Doideiras. Tonterias. Mas assim seja.

Eulália e Carinhas não tocaram no assunto do abandono, nem mesmo quando Herculano chegou a casa, e fitou, desconfiadíssimo, aquele que fora o primeiro a deitar-se na mesma cama com a agora sua mulher, não hesitou em declarar:

— Cheira aqui a porco morto - expressão comum em várias zonas do Norte, quando alguém quer injuriar alguém sem haver chatice de imediato.

— Nada disso: cheira é a corno queimado - respondeu a Eulália, observando ora um, ora outro dos dois homens.

— Bom falemos de coisas positivas - disse o Herculano.

— Pois - disse o Carinhas. - De coisas positivas.

O tempo passou entre silêncios e conversas moles. Até que a Eulália resolveu pôr tudo em pratos limpos. Assim:

— O melhor de tudo é o Vitor vir pra cá viver ca gente, que é que achas, Herculano?

O Herculano ia a dizer qualquer coisa de definitivo. A Eulália continuou:

— Está tudo d'acordo, essa é qu'è essa, e assim mesmo é que se enxofra.

— Apenas com uma condição - impôs o Carinhas

— Não estás em condições de impôr condição alguma - disse a Eulália.

Mas estava. Assunto arrumado, trapos juntos, cada qual na sua cama, o Herculano na cama com a Eulália, o Carinhas na cama consigo próprio, e eis que assim foi dito e comentado: na parede juntou-se, ao azulejo com os símbolos emblemáticos do F.C. do Porto, outro azulejo, verdíssimo, com a simbologia do Sporting. Por baixo, uma tarjeta com os dizeres: "Assim se vê a força de quem crê." ●

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa

Telefone: 7570502 Fax: 7571319



O envio das tropas portuguesas para Bósnia esteve na base do novo estatuto

Em Missões de Paz e cooperação no Estrangeiro

Publicado o Estatuto dos Militares

Os militares envolvidos em missões e de paz no estrangeiro, já dispõem de regime jurídico próprio que regula a sua participação nestas missões. A assistência na doença e a protecção social são dos aspectos mais relevantes, que vêm na sequência do despacho nº 4 do Ministro da Defesa Nacional, publicado em Janeiro deste ano, devido ao embarque de tropas portuguesas para a Bósnia.

Os DL 233/96 e 238/96, publicados no Diário da Re-

pública, a 7 e 13 de Dezembro, vêm responder às preocupações da ADFA, na defesa destes deficientes militares, que reivindicou legislação apropriada e que, face ao despacho nº 4, continuou a insistir com o Ministério da Defesa Nacional sobre a necessidade da publicação de lei ou decreto-lei, em virtude do despacho, no caso, não ser a via adequada para reconhecer os direitos destes deficientes militares. A análise detalhada do diploma será publicada no próximo número deste jornal. ●

Boas Festas

A renovação patente neste número do nosso Jornal, acreditamos que constitui o melhor Cartão de Boas Festas para os nossos associados, assinantes, anunciantes e leitores, garantindo a equipa que actualmente constitui a Redacção um Ano Novo próspero na melhoria de trabalho que nós queremos, mas a mais, apresentar. É certo que a tarefa de remodelação e a adaptação da saída do ELO ao calendário eleitoral, atrasaram a sua edição do mês de Dezembro, conforme já passará a denominar-se neste número. Razão idêntica levará à publicação atrasada do número de Janeiro, facto a que, embora alheios, não deixamos de pedir as nossas desculpas e compreensão de todos.

A REDACÇÃO

Comunicado aos sócios

DEPOIS DA reunião de 10 de Dezembro, em 1.º o Conselho Fiscal Nacional emitiu o seguinte comunicado: De acordo com os Estatutos da ADFA, o Conselho Fiscal Nacional emitiu um parecer, a 4 de Novembro de 1996, destinado ao presidente da MAGN, referindo a demissão dos membros da DN que a seguir indicam, com excepção do presidente António Joaquim Lavouras Lopes: 1º vice-presidente Manuel Lopes Dias, 2º vice-presidente António Catarino Salgado, 1º Secretário, Carlos Manuel Patuleia Mendes, 2º secretário, Humberto Sertório Fonseca Rodrigues, 3º secretário, Luís Almeida Machado e o tesoureiro, João Manuel Sarmiento Coelho. No parecer formulado pelo Conselho Fiscal Nacional e de acordo com o artº 19º, n 5, que se transcreve "no caso de impedimento, incapacidade, demissão ou morte da maioria dos elementos de um Órgão, proceder-se-á à eleição desse Órgão, no prazo máximo de sessenta dias, em Assembleia Geral respectiva". Face ao exposto, o Conselho Fiscal Nacional considerou demitido, continuando no exercício normal das suas funções. O Conselho Fiscal Nacional foi confor-

com a decisão de eleições para todos os Órgãos Sociais Nacionais, e portanto demitido, se apresentado qualquer pedido de demissão sem o suporte de qualquer artigo estatutário. Perante a decisão do Presidente da MAGN proceder a eleições para todos os Órgãos Sociais Nacionais, conforme convocatória de 11 de Novembro de 1996, o Conselho Fiscal Nacional, embora consciencioso da justiça do seu parecer, e mantendo-se numa posição neutral face ao diferendo no seio da DN, decidiu-se candidatar para não inviabilizar o processo eleitoral e não prejudicar ainda mais o funcionamento da ADFA.

Campanha iluminada

COMBATER a discriminação e a desigualdade dos direitos dos deficientes foram os objectivos da campanha de cartazes (inserida no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Deficiente - 3 de Dezembro), espalhados pelos candeeiros do Largo do Rato desde dia 29 de Novembro. A Associação Portuguesa de Deficientes (APD), através dos seus cartazes (tendões), foram colocadas pelas bandeiras pretas que, segundo o que o ELO da APD, se destinavam também a chamar a atenção para as difíceis condições sociais em que vivem a grande parte dos deficientes portugueses. Esta campanha decorreu a nível nacional em todas as áreas com delegações da APD e terminou na passada com a recolha do material exposto no Largo do Rato - junto à sede da APD - instituição não ter capacidade financeira para estender a iniciativa a toda a cidade. Para a sigla da associação, nos cartazes foram usadas frases como "Contra a discriminação" ou "Igualdade de direitos".

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

Marque o seu ensaio Renault através da LINHA VERDE 0800 21 1996

RENAULT AVENIDA
Avenida da Liberdade, 29
☎ 346 76 97

RENAULT ANDRADE CORVO
Rua Andrade Corvo, 31-B
☎ 352 23 70*

RENAULT CHELAS
Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 11-E
☎ 836 14 14



*Aqui, a nossa vendedora Rosário Jorge estará sempre disponível para o atender.